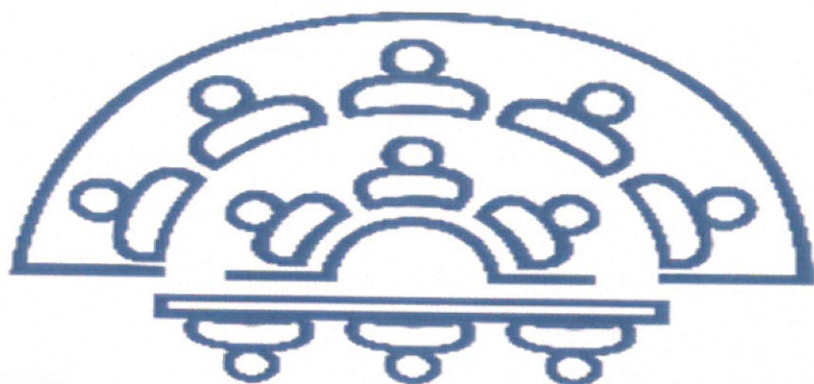


16. Pedro



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 11

SESSÃO ORDINÁRIA

23 DE SETEMBRO DE 2019

APROVADA POR MAIORIA

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13/12/2019.

h.
Redon

-----Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas 09h30, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 27 de Junho de 2019;-----

1.2 Informação de Correspondência;-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Rede Nacional de Arte Pré Histórica - Estatutos e Estudo de Viabilidade Económica;-----
- **PONTO 3** - Resolução n.º 138/2019: Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30.01, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos; -----
- **PONTO 4** - Transferência de competências para os Órgãos Municipais no domínio da Gestão das Áreas Protegidas - Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto;-----
- **PONTO 5** - Proposta de transferência de recursos para a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----
- **PONTO 6** - Transferência de competências para os Órgãos Municipais, Entidades Intermunicipais e Juntas de Freguesia em diversos domínios;-----
- **PONTO 7** - Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas - Taxa a aplicar em 2020; -----
- **PONTO 8** - Derrama - Taxa a aplicar em 2020; -----
- **PONTO 9** - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS - Taxa a aplicar em 2020;-----
- **PONTO 10** - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem - Percentual a aplicar em 2020; -----
- **PONTO 11** - Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Empréstimo de Saneamento Financeiro e Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2019. -----
- **PONTO 12** - Associação Nacional de Municípios Portugueses - Eleição de três Delegados ao Congresso Nacional. -----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro; -----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Manuel José Dinis; -----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----Luís dos Santos Delgado Esteves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Ademar Manuel Feijó – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda - Freguesia de Horta da Vilarça; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos de Sá Meneses - Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Eduardo Teixeira de Carvalho;-----

-----João Miguel Pinto Pavão; -----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de vinte e sete membros que compõem esta Assembleia Municipal.-

h.
Pedro



Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Lucinda João Afonso Carpinteiro– 2.ª Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltou à reunião a deputada:-----

- **Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis** - que não justificou a falta; -----

----- **A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a senhora Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses, e o Chefe da Unidade Orgânica Administrativa Geral, Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Portanto, temos quórum. Dizer-vos que o Sr. Deputado Luís dos Santos Delgado Esteves está a substituir a Sra. Deputada Maria Cecília, e o Sr. Ademar Manuel Feijó, da Junta de Freguesia de Carviçais, está a substituir o Presidente. -----

Portanto, neste momento, temos a faltar o Sr. Manuel José Dinis, António Eduardo Teixeira de Carvalho, José Manuel Rodrigues Aires e Maria de Lurdes Moutinho Nunes dos Reis. -----

Portanto, temos quórum, e vamos dar início ao Período de antes da ordem do dia. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2019. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições para quem se quiser pronunciar sobre a ata da reunião anterior. Quanto ao público, os serviços de apoio já lhe irão disponibilizar o documento para que se possa pronunciar no final da Assembleia Municipal. -----

Penso que ninguém se inscreveu, vamos passar à votação da ata. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade, dos membros presentes na reunião anterior, aprovar a “Ata da sessão ordinária de 27 de Junho de 2019”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 92/2019 a 121/2019 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Como habitualmente, está disponível e é facultada aos Srs. Deputados para consulta – está ali, além de ser enviada periodicamente. -----
Eu não sei se o Sr. Presidente da Câmara Municipal já está presente, porque iríamos passar ao Ponto n.º 1.3, Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO.

----- Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)** e **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Enquanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal não chega, iríamos abrir as inscrições. Quem pretende intervir relativamente ao Ponto n.º 1.3 do Período de antes da ordem do dia, Assuntos de interesse relevante para o Município? Srs. Deputados João Pavão, João Leonardo. Não há mais inscrições? Eu peço só a vossa compreensão, vamos esperar um minuto para que chegue o Sr. Presidente da Câmara e o restante Executivo. Entretanto, acaba

de chegar o Sr. Deputado José Manuel Aires. Já estão presentes o Sr. Presidente da Câmara e alguns vereadores. -----

Irei, então, dar a palavra ao Sr. Deputado João Pavão, para intervir no Ponto n.º 1.3 - Assuntos de interesse relevante para o Município. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Ora, bom dia, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, estimado Executivo, estimados deputados, estimados Presidentes de Junta, estimado público, muito bom dia. -----

O assunto que eu trazia aqui hoje – que partilhei com alguns colegas de Bancada, e também com o Sr. Presidente da Câmara – era relativo à criação da taxa turística municipal, na zona do Douro Superior, CIMDouro e Alto Douro Vinhateiro. Eu pedia ao Sr. Presidente que a proposta que eu enviei agora aos serviços, para se imprimir. A proposta é só meramente de discussão, não é uma proposta para introduzir na ordem de trabalhos. É uma proposta que visa, e considerando que o Douro tem tido uma envolvimento importante no turismo da nossa região, é importante também verificar o impacto que essa exploração do Douro está a ter na região natural. Vimos em 2017/18 que o Douro teve uma afluência de cerca de um milhão e meio de turistas. Temos visto que as empresas – e isto já foi assunto que discutimos aqui nas Assembleias anteriores – têm feito descargas no Rio Douro, têm prejudicado um bem natural que é o Rio Douro. Todos sabemos que o Douro tem o potencial turístico que tem, o Douro está inclusive na Estratégia 2030 da CIMDouro para um projeto de navegabilidade de vinte e quatro horas, que é o “Douro Waterway”, e então, o Douro é primordial para o nosso desenvolvimento, mas é também um bem natural que temos que preservar. -----

A proposta que eu vou apresentar é só meramente para discutirmos, não é para a proposta ir a votação. Enviei agora para os serviços, para ser lida. Se o Presidente achar oportuno – eu sei que nos assuntos relevantes para o Município só temos uma ronda de intervenções, mas caso o Presidente permita, depois, para desenvolvermos o assunto, caso seja oportuno e se as outras Bancadas considerarem. Estamos a falar de uma taxa turística que, a ser dois euros e meio (2,50€) por cada turista que frequenta o Douro, estamos a falar de cerca de três milhões de euros (3.000.000€) que podem reverter a favor dos Municípios. E esses três milhões de euros (3.000.000€) podem reverter para quê? Para reabilitar as zonas fluviais, para promover a ecossensibilização da população local, para formarmos os agentes turísticos da região a ter uma imagem integrada do Douro. Ou seja, não estamos aqui a criar uma taxa turística que vai ter impacto no agente local, mas sim no turista que vai frequentar. E com essa valência, estamos a dar uma razão para a criação dessa taxa turística. -----

Eu, se me permitirem, depois na segunda ronda explorarei um bocadinho melhor, também para ouvir o Sr. Presidente acerca da ideia, de que ele foi informado previamente. E relativamente a

11
Ay
Pdo

essa situação, caso as outras Bancadas queiram discutir essa situação, introduzo aqui este tema para discussão. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, bom dia, Sr. Presidente, Mesa, Executivo, Srs. Deputados e estimado público. -----

No seguimento da proposta do deputado João Pavão, a nossa Bancada concorda plenamente com este tipo de iniciativa, gostávamos era de ter o documento para analisar. Se chegar, entretanto, podemos depois analisar; senão, numa próxima reunião, depois aprimorar o documento para o podemos votar, ou até propor medidas, até ao Executivo, para em sede, não só do Executivo Municipal, mas também da própria CIMDouro, ou do Douro Superior, poderem ser tomadas medidas em conjunto com outras Câmaras. -----

Mas, o ponto que eu vinha aqui falar não era sobre esta situação, era sobre outro assunto mais grave. No passado dia 19 de setembro, uma autocaravana, com intuito de fazer rastreios auditivos, instalou-se durante todo o dia em frente ao Mercado Municipal, junto ao MAP, com esplanada para atender a população que passava e que foi contactada telefonicamente. A população foi ludibriada com contratos de aparelhos auditivos com valores superiores a três mil e quinhentos euros (3.500€), que poderiam chegar a dez mil euros (10.000€). Pretendo que seja denunciada esta situação às autoridades, uma vez que foi proibido este tipo de atividade em Assembleia Municipal, que muito pode lesar as nossas populações idosas e sem meios para pagar este tipo de aparelhos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não há mais intervenções? Sr. Presidente da Câmara Municipal. Aguardava o documento? Relativamente ao documento da taxa turística, são quantas cópias? Eu propunha que viesse à próxima reunião de Assembleia Municipal, até porque estamos perante uma taxa, e a taxa depois terá que ser aprovada. Já foi distribuído aos líderes dos Grupos Parlamentares, eu propunha fazer uma análise e ser discutida na próxima reunião, que, se não for antes, será em dezembro. -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bom dia a todos, à Mesa, Srs. Deputados. ----- Começava por informar que lá fora se encontra o Balcão Único Móvel, que irá fazer o que o Balcão Único aqui faz, mas a percorrer as freguesias. E portanto, é mais uma forma de levarmos

h.
a.
B. B.

os serviços com qualidade a todos os munícipes, nomeadamente às freguesias, e não só à sede do concelho. -----

Quanto ao ponto, o Sr. Deputado João Pavão teve a amabilidade de me enviar – aliás, trocámos algumas informações. Se bem se recordam, no meio do mandato anterior, a própria Câmara Municipal defendeu que deveria ser aplicada uma taxa de turismo – aliás, foi criticada num jornal regional. -----

E o que importa hoje aqui dizer é o seguinte: o Executivo, sem termos ainda falado, mas no decorrer do que já vinha da proposta que o Executivo fez, é a favor. Aliás, eu não posso deixar de elogiar o Sr. Deputado João Pavão quando, de uma forma não partidária, mas conscienciosa, diz que Torre de Moncorvo é frequentado por turistas dos quatro cantos do mundo. Ora, isso, de alguma forma, põe em evidência que a política para o turismo que este Executivo fez está a dar resultados. Não é a um, a dois, a três, a quatro anos, será muito mais para além disso, mas a taxa de turismo terá que ser assente numa premissa, que é os Municípios que estão à nossa volta quererem aderir também, porque se o fizermos sozinhos – aliás, eu já com algumas pessoas comentei isto, nas eclusagens revertem a favor da EDP cerca de noventa mil euros (90.000€) – cerca de noventa mil euros (90.000€), só com as eclusagens que são feitas pelos grandes navios, e estamos a falar disto num período muito curto. -----

Portanto, eu penso que quando muitos dos nossos produtores, e aqueles que têm terrenos, e as próprias estradas que estão à beira-rio, que não conseguem ser candidatas porque o alcatrão não é candidatado agora na União Europeia, mas o que é certo é que muitos Municípios veem as suas estradas caírem, veem alguns dos operadores turísticos a não respeitarem a velocidade, e com isto, muitos dos muros de propriedades agrícolas caírem, e depois são sempre os proprietários ou as Câmaras a assumirem essas desvantagens. -----

Portanto, eu penso que é uma proposta para ser levada a sério; a própria Câmara Municipal irá também fazer, com algumas nuances, a proposta que já tinha trazido no mandato anterior. E penso que todos os Srs. Deputados e todos os Grupos Parlamentares devem pensar nisto de uma forma séria, e pensarmos mais além, como disse também o Sr. Deputado, o “Douro Inland Waterway 2020” é um compromisso do Governo que ainda está em funções, a Sra. Ministra do Mar, ela própria disse que se não fosse financiada a terceira fase, iria para o Orçamento de Estado – ainda não foi, mas temos esperança que vá. E portanto, vem culminar também com a informação que vos posso dar, que nos próximos dias também terá início o porto para grandes barcos, lá em baixo na Foz. E portanto, tudo isso será para ter em conta nesta proposta que o Sr. Deputado fez, e que vai também ao encontro das pretensões da Câmara Municipal. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

14.
Pedro

Dizer que chegaram o Sr. Deputado Manuel José Dinis e o Sr. Deputado António Eduardo Teixeira de Carvalho. Portanto, neste momento, só está a faltar a Sra. Deputada Maria de Lurdes Reis. -----

Sobre este documento, eu sugeria até – eu vou falar com os serviços de apoio – que fosse enviado por e-mail a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Vamos passar, então, ao Período da ordem do dia. -----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **Fausto Edmundo Tiago (PS)**, **José Aires (PS)**, **António Júlio Andrade (PS)** e **José Moreiras (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** E o primeiro ponto, Ponto n.º 1, é a Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, a quem eu passo a palavra para falar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Serei muito breve, porque o relatório e a informação escrita, penso que traduz aquilo que foi feito no último trimestre, e irei só dar conta de duas ou três situações, nomeadamente a amêndoa coberta de Moncorvo, que foi considerada, como sabem, uma das sete maravilhas dos doces de Portugal. -----

E depois, temos aqui um relatório com todas as obras executadas e em fase de conta final, as obras em execução que estão já adjudicadas, e as obras em fase de concurso ou candidatura a decorrer e em lançamento. Nestas – porque as outras, algumas já as conhecerão – destaco a área de acolhimento empresarial da Junqueira, sendo que o Município já chegou a acordo e já foi feita a escritura pública do terreno onde será instalada a área de acolhimento, e será esse que será candidatado ao Norte 2020. -----

Dizer-vos que depois do dia 14 de julho, a requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária não ficaram desertas; está neste momento a Divisão Técnica a analisar as propostas para adjudicação. -----

Uma medida também importante, e que já estava delineada para decorrer durante este ano, e

h.
Pedro

que foi candidatada, é o incremento de modos suaves de mobilidade. Terá a ver com os novos passeios, os novos arruamentos, tentar de alguma forma conciliar a parte pedonal com a parte das bicicletas. -----

Estamos também já com duas candidaturas, que estão já na Direção Regional de Cultura do Norte para emissão de parecer, que é a requalificação do antigo matadouro – este insere-se na estratégia, não só do Parque Verde, mas da requalificação do Bairro do Montesinho. É mais um edifício municipal que irá dar apoio a diversas atividades, e que está já, como eu disse, à espera do parecer da Direção Regional de Cultura do Norte. E com este, requalificaremos praticamente toda a área municipal do Montesinho; ficará, depois, para mais tarde a via que dá acesso ao Montesinho, e também a via que dá acesso à estrada municipal. -----

E contamos lançar a concurso também a requalificação de todo o Largo da Corredoura, incluindo aqui o Largo do Ferreiro. Nesta intervenção, o caderno de encargos propõe algumas medidas, nomeadamente recolocar o antigo chafariz que existia na Corredoura, uma vez que toda a parte do granito está no nosso estaleiro, a retirada e recolocação de todo o pavimento, usando o pavimento que lá está, mas enquadrando-o, obviamente, de forma a que esteja todo perfeito e em condições para se andar. Outra das medidas que preconizamos é a retirada de toda a parte de fios elétricos e de telefones para o subsolo, por forma a que toda aquela zona fique sem qualquer tipo de poluição aérea, digamos assim. -----

Estão concluídas também as hortas comunitárias, o espaço anexo à Igreja da Lousa, bem como o recinto das festas, o arranjo e requalificação do Santuário de Santa Eufémia, em Felgueiras, e diversos, nomeadamente a Igreja da Macieirinha, do Castedo e da Cabeça Boa, que estão a ser terminadas pela Divisão Técnica – estes sem oportunidade, obviamente, de serem candidatados, vai ser o Município a assumi-los. -----

Dizer-vos também que a situação financeira é a que está aí relatada: do saldo do período de 24 de junho, três milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito (3.662.438€); apresentamos neste momento um saldo do período de três milhões, trezentos e setenta e seis mil, setecentos e trinta e oito (3.376.738€). -----

Portanto, o que vos quero aqui dizer é que durante este período, aquelas obras onde estivemos mais atentos foram, como é óbvio, todas as do POSEUR, que terminámos, e depois, aquelas que neste momento – nomeadamente o Museu do Castelo, o Mercado Municipal, o espaço público da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, o espaço público no Bairro do Montesinho, a requalificação do edifício existente no Parque da Quinta da Judite, a segunda fase do Parque Verde também está a terminar, e depois, esta também da Adeganha, das Cabanas de Baixo e Foz do Sabor – este ainda no POSEUR, que são as ETAR's, a da Lousa, os melhoramentos no saneamento de Cabeça Boa, Cabeça de Mouro – a reabilitação do espaço público do centro histórico, que tem a ver aqui com toda esta zona da sinagoga, que também já

14.
Edis

está adjudicada, e adjudicámos também, por concurso público, a reabilitação dos muros de suporte das vias rodoviárias no concelho. -----

E era basicamente isto que eu vos tinha para dizer sobre este período. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, passar à intervenção dos Srs. Deputados, para discussão do Ponto n.º 1. Terminadas as inscrições, vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Pavão, para intervir sobre o primeiro ponto. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Há pouco falei do turismo, e não falei da amêndoa coberta, que é uma das maravilhas doces de Portugal. Parabéns ao Douro Superior, e também ao Executivo, e aos produtores locais, que assim poderão ser beneficiados, assim como a economia local, dessa distinção que tanto nos orgulha. -----

Enquanto cidadão, quero fazer só uma pergunta ao Executivo, que é relativa – foi na semana passada, segunda ou terça-feira – à chuva – por acaso não estava em Moncorvo – relativamente à Rua Vasco da Gama, que vimos todos que foi inundada, e foi até encerrada por causa da proteção dos habitantes, queremos saber se o problema foi ou está a ser resolvido, quer a montante, se o problema é por causa da serra, se é o escoamento da água, não sabemos qual é que é o problema. O que é facto é que, quando chove, estamos a ficar com bastante retenção de água – não sei se é assim o termo que se usa. Isso causa preocupação a nível de segurança dos habitantes, e queremos saber o que é que está a ser executado, ou se já foi executada alguma vertente. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia a todos. -----

A minha questão ao Executivo é sobre a área de acolhimento empresarial da Junqueira, se nos pode informar qual vai ser o molde em que as empresas se candidatam, se a aquisição tem algum benefício fiscal, quais são as condições para se instalarem as empresas nessa área de acolhimento. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo. -----

M. O.
Redo

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, da informação escrita do Sr. Presidente destacamos a realização da 2.ª Exposição de Empresas, Emprego e Empreendedorismo, um evento que dinamizou a economia local, empresarial e agrícola, com a mostra dos nossos produtos e serviços, que teve uma excelente adesão da população. São iniciativas destas que promovem os nossos produtos e o nosso concelho, tal como a promoção dos vinhos do concelho na Mostra “Vinho & Sabor Douro”, e o apoio dado nas Sete Maravilhas Doces de Portugal, com a divulgação da amêndoa coberta de Moncorvo IGP. E é esta a grande vitória para todos os Moncorvenses.- Ainda, congratulamo-nos com a execução da requalificação do Bairro do Montesinho e a segunda fase do Parque Verde, e com as candidaturas à área de acolhimento empresarial da Junqueira. -----

Relativamente à situação financeira a 17 de setembro, destacamos o saldo do período, de três milhões, trezentos e setenta e seis mil euros (3.376.000€), com participações de candidaturas a fundos comunitários de cerca de quatro milhões e meio de euros (4.500.000€). -

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e demais público presente. -----

Na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, registei que falou durante vários minutos; às freguesias dedicou alguns, poucos segundos, quatro ou cinco segundos. -----

Ora, nós estamos a ver que as pessoas, os concelhos, o mundo está preocupado com as alterações climáticas. No nosso distrito há Municípios que estão, de facto, a trabalhar nesse sentido – Bragança, Alfândega da Fé, Vila Flor; Bragança tem três projetos aprovados para armazenar água, em Vila Flor o projeto já está praticamente no terreno, Alfândega da Fé, penso que estará na mesma situação – e o Sr. Presidente da Câmara fica muito contente quando diz que fez uma intervenção num antigo regadio em Felgueiras. Mas, essa questão não tem nada a ver com o armazenamento de água. Esse é um regadio antigo, aí melhoraria o aproveitamento da água, as canalizações, alguma captação, mas não se vai ali guardar água; tanto quanto eu sei, aquilo é um regadio antigo – sofreria algumas melhorias, parece que houve um investimento à volta de um milhão de euros (1.000.000€). Quando nós falamos, por exemplo, de Bragança, falamos de três barragens, que rondam os cerca de trinta milhões de euros (30.000.000€). E a Câmara de Bragança está tão preocupada com o assunto que vai assumir a parte estatal – vai assumir a parte da Câmara, sete e meio por cento (7,5%), e a parte do Estado, se o Estado não se chegar à frente para participar a obra. -----

1h
Ch
Perdo

O Sr. Presidente da Câmara disse aqui uma vez que estava à espera que os agricultores e que as associações se movimentassem, que viessem falar com ele; isso é uma atitude passiva. O Sr. Presidente faz muitas pequenas obras, porque, de facto, isso dá algum conforto, não causa preocupações, não causa dores de cabeça, porque não é preciso recorrer a créditos, não é preciso grandes coisas; é o dia a dia, é uma gestão corrente. Agora, aquilo que, de facto, poderia modificar a agricultura, talvez fazer uma revolução na agricultura – nós ganhámos agora um prémio com a amêndoa coberta, mas é preciso ir à origem, e a origem é a produção de amêndoa. Penso que no concelho poucos amendoais há de regadio, mas, por exemplo, na zona de Peredo e Urros – e é a que eu conheço melhor, os outros falarão das suas zonas – se conseguíssemos ter regadio, por exemplo, para o amendoal, já não falando da vinha, é evidente que as produções iriam duplicar a curto prazo, iria aumentar-se a produção exponencialmente, ia criar-se mais empregos, podia pagar-se melhor, etc. Mas, não, o Sr. Presidente não se preocupa; preocupa-se com as pequenas obras, e não vejo grandes preocupações com, de facto, intervir estrategicamente, e aqui era uma intervenção estratégica ao nível da agricultura. E quer queiramos, quer não, a agricultura é a base fundamental da economia do nosso concelho, não estejamos com ilusões. E se nós conseguíssemos fazer isso na zona de Peredo e Urros, na zona de Cardanha e Adeganha, na zona do Castedo – as três barragens que foram feitas para abastecimento público deram indicações, são, de facto, as zonas de sequeiro, são as zonas onde há muita falta de água. E era aí que se devia pensar em intervir para armazenar água agora para o regadio. Porque, de facto, quem está fora disto não sabe, mas se o amendoal hoje produz dois, sendo regado pode passar a produzir, de um momento para o outro, seis ou mais até, e isso seria uma riqueza enorme para o concelho. Mas, para o Sr. Presidente da Câmara, isso parece que lhe passa ao lado, porque, de facto, ir para essas obras é perder o sossego, é perder o conforto, é ter que estar todos os dias a pensar onde é que se vai arranjar dinheiro, e como é que será. Não vejo grandes preocupações. -----

Quando uma vez falei aqui de um projeto, que vinha já do Executivo anterior, Sr. Presidente, que era um pavilhão multiusos – que já não seria um pavilhão multiusos, já seria outra coisa – e a ideia que havia é que era um projeto de um arquiteto com renome internacional, Souto de Moura. E o Sr. Presidente atirou-se ao ar, disse que isso eram obras do regime, que isso não trazia bem-estar ao povo. Mas, o Sr. Presidente esquece-se que, de facto, hoje Moncorvo é conhecido pela grande obra do regime – e na altura, sim, foi uma obra do regime – que foi a Igreja, e hoje a Igreja é, provavelmente, a nível do distrito, o monumento que mais turistas atrai. E essa foi uma obra do regime. E o Sr. Presidente até evocou o Ceausescu, mas escusava de ter ido à Roménia, podia ter falado no Centro Cultural de Belém, que também foi uma obra do regime quando se construiu. Hoje em dia, o Centro Cultural de Belém foi um investimento que, de facto, mudou a

h. g.
Pedro

vida de Lisboa, a vida cultural de Lisboa; teve impacto, tem impacto no país. E nós aqui, o Sr. Presidente preocupa-se com as pequenas coisas. -----

E, de facto, a questão da água é uma questão fundamental, e o Sr. Presidente deve pensar nisso. Não está com empenho, quer fazer o seu mandato sossegadinho, na sua zona de conforto, e daí não sai, porque se quisesse sair, ia para obras desse tipo, obras que, de facto, pudessem revolucionar, por exemplo, a agricultura, que é a base fundamental da nossa economia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o deputado José Aires. ----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar os membros da Assembleia na sua pessoa, os membros do Executivo na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, os funcionários aqui presentes, e também o público, e agradecer a sua presença. ----
Aqui outras questões já foram levantadas pelos meus colegas de Bancada. Parabenizar acima de tudo também o povo de Moncorvo, e não só, pela eleição da amêndoa coberta de Moncorvo nas Sete Maravilhas Doces de Portugal, é mais um título para valorizar um produto que é feito – tanto quanto se sabe, pelo menos no nosso concelho – desde 1908, e que já atravessou várias gerações. E neste sentido, é algo positivo, não só na publicitação dos produtos endógenos do concelho, como também na valorização dos mesmos. -----

Relativamente a outra questão que, efetivamente, já foi também aqui abordada, que foi a questão da cheia que se verificou na Rua Vasco da Gama, é uma situação que já ocorreu no passado, quando também existiu uma situação excecional a nível da intempérie, esta não foi tão forte; no entanto, verificou-se na mesma ali uma obstrução e um problema que continua por resolver. Independentemente da situação, perceber exatamente que trabalhos é que têm sido realizados – na altura, o Sr. Presidente falou de algumas situações que estaria a desenvolver ali na base da Serra do Reboredo para tentar evitar esse tipo de situação, que trabalhos é que já foram desenvolvidos até ao momento. E nesse sentido, se pudesse explicitar também o envolvimento aqui do Gabinete Florestal nesses trabalhos. -----

E também, aproveitando essa situação, sabendo que na altura também existia um problema que a Vereadora Piedade referiu aqui, que era escoar, efetivamente, os lotes da madeira ardida, em que situação é que está, se já se conseguiu, ou não, também progredir nessa matéria. -----

E ao mesmo tempo, saber em que ponto está a reflorestação do Reboredo. -----

E para já, é só. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

lh.
Ay
Pedro

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, eu vou ficar por pequeninas coisas. - Na Rua Abade Tavares, está lá uma placa, que deve ser a coisa mais contraditória que existe: estacionamento proibido, exceto das doze às catorze, e das dezassete às dezanove. Significa isto que aquela rua tem muito movimento à hora das refeições. Ora, a essa hora, se estivéssemos preocupados com o movimento da rua, a essas horas é que poderia ser proibido o estacionamento. Mas, não, é proibido o estacionamento durante a noite, durante o dia, fora das horas das refeições – ou seja, quando a rua não tem qualquer movimento. Portanto, eu sugeria que se tirasse pura e simplesmente a placa, que não está lá a fazer nada, antes pelo contrário, só está a prejudicar, porque de vez em quando vêm uns GNR's novinhos, não sabem dos usos e costumes e aplicam ali multas ao pessoal. -----

Outra coisa, ainda também sobre o trânsito: eu verifico – diariamente passo por ali, e o ponto de mais constrangimento que há em Torre de Moncorvo é na Rua do Prior do Crato, onde nem sequer há passeios em toda a rua, nem de um lado, nem do outro, e todos os dias – ainda hoje, estivemos lá três viaturas, à espera que passassem. Para mim, penso que é o ponto de mais congestionamento de trânsito em Moncorvo. Ora bem, nós temos a Rua do Concelho, que é larga, tem passeios largos, e que está construída e bem inserida, de modo a que o trânsito vá para a Avenida Jorge Luís Borges. Não percebo por que é que há de ser de sentido único aquela rua; acho que o trânsito nos dois sentidos não complica absolutamente nada. -----

Depois, um terceiro ponto: todos os dias, se não chove, costumo ir para a ecopista à noite, e uma das coisas que a mim me impressiona é o estado de abandono, sobretudo naquela zona da estação. Já não digo só o edifício da estação e o celeiro, que estão completamente fechados e abandonados, as próprias casas de serventia da CP, mas o pior é o mato que ali se cria, havia lá cardos da minha altura – agora não há perigo, porque já choveu, mas em tempo de verão, um fósforo provocava ali um incêndio. Depois, dá muito mau aspeto, aquelas árvores todas, anos e anos por limpar, laranjeiras que eram bonitas, ficava ali uma paisagem bonita, agora é um abandono completo. Eu não sei se a culpa é da CP, se a quem está entregue aquilo, mas se é da CP, acho que devemos interrogar-nos e aplicar multas a quem não trata destas coisas, porque é o bem público que está em causa. -----

O mesmo se refere à Pensão Marrana, acho que é o maior escândalo de Moncorvo aquele quintal, que antigamente era muito bonito, e que agora aquilo parece ao completo abandono. ---

E já agora, tenho que dar os parabéns pela conquista do prémio da amêndoa coberta. Espero, já se fizeram pelo menos seis cursos de formação profissional de amêndoa coberta, desde que me lembro, e acho que nunca vi ninguém a trabalhar nessa área. Espero que finalmente comece a dar alguns frutos essa atividade. -----

Tenho dito. -----

h
Ag
Pedro

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Sr. Deputado José Moreiras, faça favor. -----

-----**O Deputado José Moreiras:** Bom dia a todos, ao Executivo e a todos os presentes nesta sala. -----

É assim, a minha resposta vai um bocadinho de encontro à pergunta do Sr. Deputado, em relação à falta de água. Eu queria dizer que a Junta e o Município estão a tentar combater a falta de água nas aldeias de Cardanha, Póvoa, Adeganha e Estevais. -----

Neste momento, a Cardanha já tem um furo artesanal onde vai colocar um depósito de cinquenta mil litros para a população poder ir abastecer e regar as suas amendoeiras, os seus amendoais, tudo o que eles pretenderem. -----

Em relação à Adeganha, temos lá um furo e estamos a tentar reativá-lo, precisamente para poder bombear para uma poçada que a Adeganha tem, que quando chega a meio do verão fica seca.-

Em relação à Póvoa, estamos a tentar reconstruir uma poçada que está lá. A documentação já foi para a APA, para Mirandela, e estamos a aguardar uma resposta para poder fazer essa intervenção. -----

E nos Estevais, mais tarde irá também acontecer, que também temos um furo e vamos tentar reativá-lo para combater esta falta de água, como eu disse no início da minha intervenção. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Quero realçar também que não está aqui nas obras mais uma pequenina obra, que há muito era ambicionada, que era o pavilhão do Felgar, em que a Câmara Municipal, obviamente, cobriu os gastos nacionais, para todos termos direito – e as freguesias também – aos pavilhões municipais. E é uma obra concretizada com uma associação. -----

Dizer que o problema da Rua Vasco da Gama não é de agora, obviamente. Ficou pior, e desta vez, por duas razões: a primeira foi a chuva que caiu, que não é normal, nem natural, cair daquela forma, e o ter levado grande parte da brita que estava nas obras que estão a ser feitas para o gás. E ao levar essa brita, entupiram a parte que era de saída de águas, mesmo no centro da Rua Vasco da Gama, e foi essa que levou a esse problema, porque se repararmos, todas as outras áreas onde foi feita a intervenção, não houve desta vez, mesmo com o que choveu, e da serra não caiu toda aquela terra que vinha por ali e que se acumulava. Portanto, aqui teve a ver basicamente com as obras de gás, por ainda não estar o tapete colocado. -----

De qualquer forma, nós vamos fazer mais uma intervenção aqui, que é a ligação do adutor que passa no Morgadio das Azeleiras, vamos também refazê-lo por completo. Já temos um princípio

de acordo com o proprietário, e vamos fazer essa remodelação. E pensamos que, com isso, fica definitivamente resolvido. Isto no que era a questão do Sr. Deputado João Pavão e do Sr. Deputado José Aires. -----

Dizer também que, na pergunta do Sr. Deputado José Aires, sobre a reflorestação do Reboredo, eu volto a referir a Legislação que foi aprovada: é que agora não diz que é da competência dos Municípios; diz que é da competência exclusiva do ICNF. E portanto, nós temos uma série de candidaturas prontas, candidaturas que foram introduzidas na plataforma, mas que não temos ainda solução para elas, porque não houve aprovação do ICNF. Portanto, esta pergunta era uma boa pergunta para ser dirigida ao titular do Governo que tutela o ICNF, e o por quê de pela primeira vez uma ação legislativa depois dos fogos estar entregue só a um instituto. -----

Quanto à parte da instalação na Junqueira, há neste momento a decorrer – e é uma informação que dou a todos os interessados que queiram instalar-se na Junqueira, podem fazê-lo através de uma declaração que seguirá para a CCDRN; todos os interessados podem fazer agora uma declaração, entregue aqui no Município, em como está interessado em instalar-se na zona de acolhimento empresarial. Obviamente que depois haverá uma série de benefícios para aqueles que se queiram instalar, e que já tenham a própria declaração, como é óbvio. E o que nós pretendemos é que os terrenos não sejam vendidos ao valor de mercado, mas que seja um contributo também para as pessoas se instalarem. Portanto, o que eu aconselho a todos, e a quem quiser passar a palavra, é que neste momento está a decorrer, até ao final deste mês, a entrega de declarações para quem se quiser instalar na zona industrial da Junqueira. -----

Quanto às informações que o Sr. Deputado António Júlio Andrade aqui nos trouxe, pois bem, Sr. Deputado, vamos ver essa situação da Rua Abade Tavares e da Rua Prior do Crato. O sentido único da Rua Vasco da Gama também é várias vezes aqui falado. -----

E quanto à ecopista, ela não está em estado de abandono, obviamente. Há um projeto para as casas, nomeadamente para o celeiro poder ser um centro de artes, onde os jovens possam, de alguma forma, aqueles que quiserem constituir-se em bandas musicais, outros que queiram, em grande parte de artesanato, poder se instalar. E queremos, nas instalações da antiga estação, fazer pequenos gabinetes de empreendedorismo, onde as pessoas possam ir lá e ter aquilo ocupado com os seus próprios gabinetes. -----

Nós, para terem esta ideia, enviámos a requisição no ano passado para a Infraestruturas de Portugal (antiga REFER), e o que nos vieram dizer foi, no fim do ano, para ver se podíamos recolher, porque eles não conseguiam fazer, entretanto, o compromisso do lado de lá, para acertarmos contas. E portanto, andamos com este problema aqui. Se não somos só nós, porque já tivemos, ainda o atual eurodeputado, na altura Ministro das Infraestruturas, a vir cá assinar o contrato definitivo com os Municípios do Douro Superior, e estamos todos na mesma, e ainda não conseguimos, por causa não só das passagens, porque Mogadouro tinha ali um problema

h
Pedro

grave, que havia duas passagens que tinham sido retiradas, uma com a construção do IC5, outra com uma pedreira, e que agora está resolvido, e também será essa que fará a ligação da ecopista desde Duas Igrejas até ao Pocinho, para já. Estamos a resolver isso, onde as instalações passarão, todas elas também, em aluguer, para os Municípios. -----

A Pensão Marrana, como sabe, é um prédio do IEFP; é propriedade do IEFP. E portanto, aí, a Câmara Municipal o que faz é notificá-los todos os anos para procederem à limpeza. -----

Penso que já respondi ao Sr. Deputado João Pavão, ao Sr. Deputado Luís Dias, ao Sr. Deputado José Aires, ao Sr. Deputado António Júlio Andrade, e o que me faltava era responder aqui ao Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

Bom, Sr. Deputado, já percebemos que alguém que menospreza um regadio como o de Felgueiras, que passou de trinta hectares para duzentos e trinta hectares, quem o menospreza, temos a noção do que pensa do concelho. Mas, vou dizer-lhe mais algumas coisas que o senhor devia saber, mas que, pelos vistos, parece que não sabe. -----

Quando diz, e dá exemplos, deu o exemplo de Bragança, eu ainda me recordo de o senhor dar o exemplo de Bragança ao contrário: "Aqueles andam a tentar fazer barragens porque não têm água, e nós já temos. Nós é que fazemos bem; os outros fizeram mal." Agora, já é ao contrário.- Quero dizer-lhe também que o atual Governo assinou um protocolo com meia dúzia de Municípios – não foram todos; o senhor citou alguns, Alfândega, Vila Flor. Eu quero crer que foi por interesses meramente económico-sociais; quero crer, mas depois há também algumas coisas que são demasiadas coincidências. -----

Mas, vou dizer-lhe outra coisa: o senhor sabe que está a decorrer agora um processo de candidatura de sessenta milhões de euros (60.000.000€) para regadio, dos quais noventa e cinco por cento (95%) para o Alentejo, e cinco por cento (5%) para o resto do país? E sabe que os serviços técnicos da Câmara de Moncorvo estão a fazer um projeto, onde não podem fazer captação nem bombagem da Barragem das Olgas, mas sistemas de retenção desde Maçores até ao Peredo? Devia saber, Sr. Deputado, porque isso é que nos tira da área de conforto. Não basta chegar aqui e debitar o que temos na ideia, "deixa-me cá ver o que é que posso dizer mal do Executivo". Porque eu poderia chegar aqui e dizer-lhe duas ou três coisas; eu conheço amendoais carregados de mangueiras, que não sei onde é que vão buscar água, e que nem sequer pingam, mas serviram para candidaturas, e estão lá as mangueiras – estou a dizer no global. Eu volto a dizer uma coisa, para perceberem: eu, quando digo as coisas, não digo pessoalmente para ninguém, nem quero atacar ninguém, nem os Srs. Vereadores, nem os Srs. Deputados; Esta é a realidade. -----

Digo-lhe também que há quatro ou cinco anos houve prevenção dos incêndios, e eu sempre me bati contra isso, ou pelo menos que sobre os agricultores caísse este tipo – como é que hei de dizer? – de sintoma de que eram os piores do mundo, quando havia aqui, e já vinha também do

15
Ag
Rps

anterior Executivo, quem entendia que os incêndios eram provocados para se poder plantar amendoais. Isto não é de agora, o senhor ouviu muitas vezes isto aqui. As próprias forças da autoridade lançaram um plano por causa disso. E o que eu digo, quando eu digo que há muitas mangueiras por aí penduradas, há, e não funcionam, mas serviram para candidaturas. Ora, se nós apresentamos um índice de regadio em amendoais onde a água nem sequer está lá, como é que depois sustentamos candidaturas a dizer que as necessitamos? -----

Mas, a Câmara de Moncorvo irá, juntamente com outras da CIMDouro, apresentar – e não acredito que haja dinheiro para tudo, não acredito, mas vai apresentar sistemas de retenção onde, para além de Felgueiras, para além da Adeganha, Cardanha, Estevais e Póvoa – estes, como o senhor diz, pequeninos, sem interesse nenhum – vai apresentar três que já vêm da participação – e o Sr. Deputado devia ter participado também – do que foi lançado, das ideias que foram lançadas de determinada comissão, pelo Sr. Deputado Luís João. Nós sabemos que o grande problema não é na Horta da Vilariça, nem na Cabeça Boa; nós sabemos que o grande problema, em termos de regadio, tem a ver com Maçores, Urros e Peredo, e é aí que vamos fazer a nossa candidatura a estes sessenta milhões (60.000.000€) – repito, noventa e cinco por cento (95%) para o Alentejo, e cinco por cento (5%) para aqui. O que eu acho é que a pessoa que há mais tempo está no Ministério da Agricultura é a pessoa que mais defendeu sempre o Alentejo. -----

Mais, em sessão pública aqui com o Sr. Primeiro Ministro, a proposta que lhe foi feita foi que o Baixo Sabor, ao contrário do que diz a DIA, pudesse ser utilizada para regadio. Essa foi a nossa proposta. Ainda não recebemos nenhuma resposta, quer do Ministério da Agricultura, quer do Ministério do Ambiente. Mas, o Ministério do Ambiente, nas reuniões parcelares que faz de acompanhamento, o que diz é que a água do Baixo Sabor é de tal forma de alta qualidade que muito dificilmente poderá ser para regadio. Eu não sei o que é que, então, vai ser ali, uma massa de água. Também não chego ao ponto da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que diz que é mau as barragens, por causa da evaporação, e tal; também não chego aí, mas não sei o que é que vamos fazer. -----

Agora, Sr. Deputado, sair da zona de conforto? Sair da zona de conforto é assumir que se o concurso da escola ficasse mais uma vez deserto, em oitocentos mil (800.000€), a Câmara ia lá, além dos sete e meio por cento (7,5%), que já ia nos dois milhões e duzentos mil (2.200.000€). Isto é sair da zona de conforto. -----

E volto a dizer, o regadio, não pense que nos caiu, como o senhor disse, que a zona de acolhimento empresarial me tinha caído na cabeça no dia da apresentação, e pronto, e depois nem reparou que já desde 2009 que isso vinha sendo defendido em vários programas eleitorais. Portanto, nós não fazemos as coisas sem as pensar; nós queremos fazê-las. Agora, é preciso – e aí, peço-lhe também a sua ajuda – que não sejam as coincidências das siglas quando são

h.
Ay
Cedra

aprovações para determinados projetos, porque isso é que é pensar o país de uma forma uniforme. E portanto, com isso, poderá contar sempre connosco, e eu espero também contar consigo para esses projetos. -----

Quando estiver pronto o projeto, aqui o traremos, a candidatura será feita, e vamos esperar que consigamos, porque se não é permitido bombar água, temos que fazer zonas de retenção; para fazer zonas de retenção, temos que aproveitar muito bem, e estão a ser previstas três zonas de retenção, que permitam a Maçores, a Urros e ao Peredo ter o regadio para as suas culturas. E espero verdadeiramente que este projeto seja acarinhado e aprovado pelas instâncias que para isso têm poder e direito. -----

Quanto ao demais, como disse o Sr. Presidente da União de Freguesias da Adeganha e Cardanha, estão a fazer-se também algumas intervenções, e volto a dizer, espero que o de Felgueiras seja também mesmo uma realidade, porque passar de trinta hectares para duzentos e trinta hectares, digo-lhe que é também sair da zona de conforto, quer do Município, quer da Junta de Freguesia. Se todas fizessem isto – se todas fizessem isto – de certeza que hoje estaríamos a discutir outro projeto. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Vamos dar início à segunda ronda de intervenções. Quem pretende inscrever-se? Sr. Deputado Fausto, António Júlio, Luís Dias. -----

Então, dou a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago, se faz favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora bem, o Sr. Presidente põe palavras na minha boca que eu não disse, nem tive a intenção de menosprezar o regadio de Felgueiras; citei Felgueiras simplesmente porque foi um pequeno investimento, Sr. Presidente. Por quê? Porque já havia ali uma tradição, já havia ali uma infraestrutura montada, foi só melhorar. O Sr. Presidente falou, penso que na última Assembleia, que foi um investimento de cerca de um milhão de euros (1.000.000€). -----

Agora, o Sr. Presidente diz que eu menosprezei; eu não menosprezei nada, eu valorizo muito a tradição, e tanto que valorizo a tradição que estou preocupado, por exemplo, com as feiras. Eu hoje entrei em Moncorvo por esta zona aqui, cheguei aqui à praça e disse assim: “Será que é a feira hoje em Moncorvo?”, e eu sou de cá. Mas, qualquer pessoa que hoje entrasse em Moncorvo, nunca lhe passaria pela cabeça que hoje era feira em Moncorvo. E eu, da última vez, perguntei ao Sr. Presidente quais foram as razões por que a feira foi partida, a feira foi fragmentada em várias zonas, quais foram as razões, e quais são os objetivos a alcançar, e não me disse. Por acaso, em conversa com a Sra. Vereadora, parece que uma das razões foi

satisfazer algumas reclamações de pessoas que viviam ali na zona. Será que a Câmara decide em função de interesses particulares, e não em função do interesse geral? Portanto, é a questão da feira. -----

Voltando à questão da água, e à intervenção que o Sr. Presidente fez: o Sr. Presidente disse que, Bragança, na altura não reclamávamos, que tínhamos feito investimento para abastecimento. É evidente, isso é o lógico: primeiro, satisfazem-se as necessidades das pessoas, o abastecimento humano, e Moncorvo fez bem, andou bem, resolveu essa questão, e Bragança ainda não tinha resolvido. Ou o Sr. Presidente pensa que é ao contrário? Primeiro satisfazemos as necessidades das pessoas, e agora sim, estamos em condições para ir para a questão da parte económica, investir na retenção de água para poder fazer regadio. Isso é lógico. Outra coisa que o Sr. Presidente disse, culpavam-se os agricultores de arder para plantar. Sr. Presidente, os agricultores não precisam de arder para plantar amendoeiras, só se for um montado de sobreiros, aí está bem, mas ninguém pensa em deitar fogo a sobreiros para plantar amendoeiras, isso não tem pés nem cabeça. -----

Quanto à Junqueira, Sr. Presidente, o Sr. Presidente, em 2009, provavelmente ainda defendia a solução do Pocinho, fazer um entreposto no Pocinho com Foz Coa, e se calhar essa seria a melhor ideia e o melhor investimento para o concelho e para a região. Na altura, o Sr. Presidente defendia isso, ou não se lembra já disso? -----

Quanto ao projeto de que o Sr. Presidente falou agora, que os serviços técnicos estão a elaborar um projeto para a retenção de água na zona de Maçores, Urros e Peredo, é a primeira vez que ouço isso aqui na Assembleia. Da última vez falei nisso, falei nesta questão da água, e o Sr. Presidente não me disse nada disso. Isso vem de quando? Se nós formos ver às atas, eu falei nisso, falei na questão das barragens, e o Sr. Presidente não falou nada disso, é a primeira vez que está a falar. E se isso for, dou-lhe os parabéns, e vamos ver se conseguimos, porque, de facto, seria – e se calhar, o seu mandato, que não vai ficar marcado por grande coisa, se o senhor conseguir isso, ficará marcado por, de facto, uma revolução na agricultura daquela zona, de Maçores, Urros e Peredo. Porque, de facto, é como o senhor diz, passa lá e vê as mangueiras penduradas nas amendoeiras, porque não há água. Porque os projetos foram feitos com base em quê? Com base em furos artesianos. O furo artesiano trabalha meia hora, acabou a água; rega duas amendoeiras, e já não há água, tanto que agora as mangueiras estão lá penduradas, é evidente. Mas, a culpa foi de quem aprovou os projetos, porque ou não se sabe nada disto, ou então, um furo artesiano é para resolver o problema de uma horta, ou para resolver o problema de uma vinha pequena, de uma coisa assim, não é para resolver o problema de centenas de hectares de amendoal que nós podemos ter ali naquela zona, já para não falar da vinha – para não falar da vinha. A questão dos furos artesianos, isso foi um engodo, e os técnicos que aprovaram isso deviam ser penalizados, porque, de facto, nós percorremos aí várias zonas, e

M.
Pedro



vemos lá os tanques montados, vemos as mangueiras penduradas nas amendoeiras, mas não vemos lá água. É isso que toda a gente sabe. É isso que toda a gente sabe. -----
Por isso é que o Sr. Presidente tem que tentar resolver o problema, e o senhor deve ser o primeiro, deve pôr-se à frente e deve mobilizar as pessoas para, de facto, fazermos isso. Eu falo naquela zona, mas podem ser outras. Já que a questão da Adeganha e da Cardanha está resolvida, ainda bem, ainda bem que está resolvida, Sr. Presidente da Junta, ainda bem, e dou-lhe os parabéns por isso, então. Dou-lhe os parabéns por isso, está à frente, deu o exemplo ao Sr. Presidente da Câmara. -----
Terminei. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu, na última reunião não estive presente, e não sabia que tinham falado da feira. Mas, a minha ideia é que, realmente, se nós quisermos revitalizar a Feira de Moncorvo, a feira normal, quinzenal, se a quisermos revitalizar temos que a trazer para o centro histórico, para as praças, porque lá em baixo não tem futuro. É a minha ideia. -----

Sobre o plano de barragens, claro que isso é ótimo. Eu ouvi falar muito nas barragens, nos regadios do Peredo, disto e daquilo, e de muitos sítios, e do Larinho não ouvi nada. E, no entanto, não há lá praticamente uma horta que tenha rega, ou poucas há. Ora bem, e por acaso, é capaz de ser a única localidade que até tem um projeto de barragem executado, que foi feito na década de 1970, no Ribeiro dos Moinhos, pela Ferrominas. Portanto, eu acho que seria razoável começar por aí também. -----

Depois, lá em cima, sobre a estação e o celeiro, eu pensei que o celeiro estava entregue ao Alma de Ferro, que era lá que faziam os ensaios, e a sala está equipada com cadeiras. Vão tirar aquelas cadeiras todas para fazer gabinetes? Não sei, queria perguntar. -----

Depois, eu não sei se existe, se já foi feito algum projeto mesmo para a reflorestação do Reboredo, nem se não. E no caso de existir um projeto de reflorestação do Reboredo, eu queria perguntar se previram a plantação de castanheiros bravos, ou não. E no caso afirmativo, quantos hectares. -----

E tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Congratulamo-nos pelo investimento feito, ou o possível investimento que será feito no regadio, terá de se começar por algum lado (...) sul da Serra do

Reboredo. Por isso, a nível pessoal (...) espero que todas as áreas do concelho sejam beneficiadas com este Plano de Regadio. O regadio é, sem dúvida, a melhor ferramenta para fixar gente no concelho, porque potencia a agricultura, que é, quer queiramos, quer não, o grande motor do concelho. -----

E gostava de falar em obras faraónicas, já que trouxe esse assunto à Assembleia. Gosto, e na minha opinião é bom que este Executivo não tenha obras faraónicas. Não enquadro as barragens para regadio, ou as retenções de água, em obras faraónicas, como é o multiusos. -----

Já que se falou no CCB, quem visitar a zona verá que o CCB tapou a fotografia que era estarmos de costas para o rio e vermos o Mosteiro dos Jerónimos. Neste momento, temos um quadrado em granito em frente a um monumento que é o ícone, provavelmente, com a Torre de Belém, os dois ícones da nossa arquitetura Manuelina, própria, e de uma época em que fomos grandes.---
A nível de trânsito, as preocupações do deputado António Júlio Andrade são pertinentes, eu partilho delas todas. -----

E gostava de também trazer a esta Assembleia uma preocupação que eu tenho, que é da iluminação pública da Rua do Cineteatro. Os passeios têm menos de um metro, e os candeeiros têm cinquenta centímetros de base, e estão no meio do passeio, não se consegue passar no passeio. Não sei se o Executivo, ou a parte técnica, já estudou a possibilidade de alterar esses candeeiros, que até são de um design moderno, para candeeiros pendurados, tal como tem no resto do centro histórico, já com LED's, candeeiros bonitos e também modernos, mas com design antigo, próprio de uma zona histórica. -----

São essas as minhas questões. Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Para não serem só uns segundos com as freguesias, era para avançarmos: fecho de SAR – Felgar, Souto da Velha, Larinho e Moncorvo, POSEUR, freguesia; requalificação da unidade de tratamento de águas residuais, Maçores, POSEUR; fecho do subsistema da Açoreira, POSEUR, freguesia; requalificação das unidades de tratamento de águas residuais de Peredo dos Castelhanos; requalificação da unidade de tratamento de águas residuais, Urros; redução da poluição da massa de águas, Nozelos; requalificação da unidade de tratamento de águas residuais, Estevais; redução da poluição de massas de águas, Junqueira; fecho de subsistema da Horta da Vilariça; requalificação de unidade de tratamento de águas residuais, Vide. Depois, temos a construção da ETAR da Adeganha; construção da ETAR das Cabanas de Baixo, e integração da SAR de Foz do Sabor; construção da ETAR da Lousa; melhoramento do

tratamento de saneamento em Cabeça Boa; melhoramento do tratamento de saneamento de Cabeça de Mouro – entre outras que poderia dizer-vos aqui. -----
Portanto, para mim não é só a sede do concelho que conta – aliás, as freguesias contam, e muito, porque nós entendemos que o concelho é uno, e quanto melhor estiver o todo, melhor estaremos também nós, e melhor conseguiremos fixar as pessoas. -----
Quando lhe disse, Sr. Deputado Fausto Tiago, que quando nós temos a intenção de fazer as candidaturas, temos que esperar que abram os avisos. O senhor, pelo contrário, veio aqui defender novamente o multiusos, que não tem sequer financiamento; mais, nem sequer é permitida uma candidatura a multiusos no Quadro 2020 da Europa, nem no próximo será. E isso pode facilmente comprovar aí do seu lado esquerdo, como não há possibilidade de candidaturas para multiusos, foi uma palavra erradicada. Poderia ter feito antes? Poderia, não o fizeram. Mas, poderia ser tanta coisa. Quer outra que lhe posso dizer? Os nossos concelhos vizinhos conseguiram fazer com que todas as propriedades agrícolas, pelo menos até ao rio, tivessem pavimento – Foz Coa, Freixo de Espada à Cinta. Foi uma opção. Quando pudemos fazê-lo, ou quando tentámos fazê-lo, já não havia aprovação para esse tipo de candidaturas. Mas, os caminhos rurais, durante o seu tempo como Presidente de Junta, que podia ter dado o exemplo, como o Sr. Presidente da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha, podia ter dado o exemplo ao Município, mas não dava. Não dava, na altura não dava. Essa é uma estrada que o senhor, um dia, vai escrever as suas memórias, sobre o Peredo e Pocinho, e estamos certos de que todos aguardamos com imenso interesse esse tipo de estrada – eu pelo menos aguardo. --
E portanto, o que lhe posso dizer é para ver que nem sempre o que reluz é ouro. Mas, o interesse geral é o interesse pelo qual nós partilhamos e queremos fundar a nossa ação. Eu prefiro que uma pessoa tenha os paralelos e a água na sua casa, do que dizer que tenho um grande estádio, ou que tenho um grande pavilhão multiusos. Isso às pessoas pouco diz, e se for ao Peredo, de certeza que preferem ter lá, por exemplo, a unidade móvel do Balcão Único, que lhe vai permitir fazer algumas coisas. Já noutros sítios que eram conotados, de alguma forma, de como é que se podia fazer ali algum equilíbrio, que era as pessoas ficarem a favor por umas receitas e umas coisas, olhe, vamos tentar que seja a Câmara, mais uma vez, a intervir dessa forma, e não as pessoas ficarem sujeitas a favores que, mais tarde ou mais cedo, depois eram sempre pagos. -
Portanto, não me vou alongar com o que lhe estou a dizer. Estamos de acordo em que é necessário, vamos ver se o dinheiro chega e vamos ver se o Alentejo mais uma vez não fica com os tais noventa e cinco por cento (95%) que estão anunciados, porque também lhe quero dizer, e isto contra os Municípios todos do interior e da CIM falo, se não fizermos projetos, é uma vantagem para aqueles que defendem que noventa e cinco por cento (95%) devem ir para o Alentejo, porque eles vão fazê-los. E portanto, nós poderemos não ver aprovado o nosso projeto, mas temos que o ter lá para podermos falar. -----

14
Adm
Rdo

Sr. Deputado António Júlio Andrade, eu percebi mal, porque quando o senhor me falou das casas, pensei que era a casa do chefe da estação, e, obviamente, o cais de carga e descarga, e é esse onde vamos intervir, porque o celeiro, como toda a gente sabe, é onde o Grupo de Teatro “Alma de Ferro” faz os seus ensaios, e obviamente que não vamos mexer naquilo que está, aquelas eram as cadeiras do cineteatro. Eu pensei que me estava a falar do cais de cargas e descargas, junto às casas, é esse que está; o outro nem sequer abandonado está, está bem e recomenda-se. -----

E portanto, quanto ao resto, o que vos queria dizer é que o projeto que previa a reflorestação do Reboredo tinha o carvalho, o castanheiro, o cedro, o pinheiro e o medronheiro. Era esta a candidatura que tínhamos, ou seja, com árvores tradicionais e que representam verdadeiramente um bosque. Não tínhamos aqui eucaliptos, não tínhamos nada. Estamos à espera que a resolução do Conselho de Ministros que permitia estas candidaturas agora desbloqueie, finalmente, e que sejam aprovadas, para iniciarmos. Esperemos que seja ainda na época da sementeira; não sei se será verdade, mas esperemos que sim. Mas, eram estas as espécies que constavam da nossa proposta. -----

Bom, hoje é dia de feira, e não só, é de feira e de compra e venda de votos, digo eu que devem estar lá todos. Portanto, estamos a trabalhar em prol do concelho aqui, e vamos falar da feira. A feira tem a ver com duas questões: primeiro, o recinto que foi ali colocado para ser verdadeiramente a feira; depois, a questão de segurança. E depois, uma questão que para nós é importante – para outros poderá não ser – que é a reformulação, por forma a todos terem o mesmo direito de oportunidade. -----

Para além da segurança, quando o senhor diz que havia queixas de moradores, é verdade, mas tinha a ver com uma questão de segurança: é que como eram colocadas as tendas dos feirantes, não havia possibilidade ali de passar, se fosse necessário, por exemplo, um carro de incêndio. - E se temos um local que foi projetado há muito tempo – e não queremos ter o ónus de termos sido nós; não, foi o anterior Executivo que fez aquelas obras, e que ali colocou, não queremos ser nós a ter aí o ónus de termos escolhido o sítio – e com o qual eu, sinceramente, concordo, e concordo porque aqui à volta também se vê isso, vê-se o local próprio para os feirantes estarem. Porque, repare, o grande problema é que uns que ficavam junto ao antigo estabelecimento prisional vendiam o mesmo que alguns que estavam colocados onde hoje é o recinto da feira. E os do recinto da feira, o que é que diziam? “Nós somos prejudicados”, porque ao venderem junto ao mercado, já não conseguem vir para cá. -----

Se bem que, tirando questões de segurança, eu concordo com a proposta do Sr. Deputado António Júlio Andrade, acho que dava vida, e vimos isso, quer na Feira de Empreendedorismo, na 1.ª Edição, aqui na Praça Francisco Meireles, quer lá em baixo, era conseguir fazer o que se fazia antigamente, que era à volta do centro histórico, e tudo aqui funcionava. Agora, também

h.
Pedro

temos que ver outras situações, que terão provavelmente a ver com o que a ACIM pensará, a Associação de Comerciantes, e tudo o resto. -----

Agora, o que está, e que foi aprovado, é fazer além esta experiência. Eu espero que corra bem, não se pode andar sempre a mudar – estamos a falar desde abril. Portanto, vamos ver se conseguimos. Pelo menos ordenado está, e as pessoas estão a ir para lá. E eu acredito que elas venham aqui para o centro também, acredito. Mas, nada está fechado da nossa parte, mas também nada pode ser feito de um momento para o outro, porque senão, então, não conseguimos perceber se funciona ou se não funciona. -----

Portanto, Sr. Deputado, esteja à vontade que nada foi feito por interesses privados; foi, sim, dar a mesma oportunidade para todos, num local que foi construído para ter a Feira de Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou** a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 2 — REDE NACIONAL DE ARTE PRÉ HISTÓRICA – ESTATUTOS E ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Eduardo Carvalho** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, já trouxemos cá os estatutos, a única coisa que não existia na altura era a forma de financiamento, e que na primeira Assembleia Geral foi deliberado pelos Municípios que haveria uma quota anual de quinhentos euros (500€). -----
E portanto, por isso trazemos aqui também esta proposta, e a intenção de autorização para podermos fazer o pagamento da quota anual de quinhentos euros (500€). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Vamos, então, abrir o período de intervenção dos Srs. Deputados. Quem pretende intervir? Sr. Deputado Eduardo Carvalho, Sr. Deputado Luís Dias. Penso que é tudo. -----
Sr. Deputado Eduardo Carvalho, se faz favor. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** ... membros da Mesa, Exmo. Público e Srs. Deputados: -----

Sobre este assunto, Sr. Presidente, em tempos o senhor falou que iria falar com a Associação PARM, e a minha pergunta era se, de facto, chegou a falar sobre este assunto da rede de arte pré-histórica. -----

E um outro assunto é saber quem é que representa o Município nesta instituição que está a ser criada. -----

Era só. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias. Prescinde? Então, vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder à questão levantada pelo Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bom dia, Sr. Deputado. -----

Eu, conforme tinha referido, logo que houve a intenção falei com o Dr. Néilson, ainda na Biblioteca Municipal, e que depois de termos tudo – porque ainda era um plano; este, sim, é a aprovação geral – a partir daí a nossa intenção será que o nosso parceiro seja o PARM, na indicação dos sítios. Ou seja, só aqueles que forem indicados, porque já foi feito o trabalho pelo PARM, não há necessidade de virem cá – aliás, esse foi um dos pontos de partida com esta associação. -----

Mais, o que se levou a partir daí foi que a Associação de Municípios do Baixo Sabor também possa estar presente, e a mesma coisa na parte do Município de Torre de Moncorvo, que será o PARM. -----

O representante do Município é o nosso arqueólogo, Dr. Rui Leonardo, porque está dependente da Dra. Helena Pontes. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Está aberto novo período de intervenções. Penso que não há inscrições. Então, vamos passar à votação do Ponto n.º 2. -----

M.
Adriano

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria, com 25 votos a favor, aprovar os “Estatutos, o Estudo de Viabilidade Económica e a adesão à Associação”**. -----

-----*Estavam ausentes da reunião, na votação deste assunto, os deputados Lucinda João Afonso Carpinteiro e Adriano Luís Mendes Martins.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — RESOLUÇÃO N.º 138/2019: CESSAÇÃO DE VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI N.º 20/2019, DE 30.01, QUE CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DA SEGURANÇA DOS ALIMENTOS. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É para os Srs. Deputados tomarem conhecimento da resolução. O que é que trata esta resolução? É a cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos. -----

Eu não sei se o Sr. Presidente da Câmara Municipal quer falar. Isto é só para dizer que este Decreto-lei n.º 20/2019 cessou a vigência. Sr. Presidente, não sei se pretende falar sobre isso. É uma questão clara, já foi na altura referido, e os veterinários municipais alertaram, chegou-se à conclusão que, efetivamente, a maior parte dos Municípios, se não a totalidade, não seriam competentes para assumir estas competências, esta transferência de competências. -----

Não sei se algum deputado quer intervir, penso que não. Portanto, este Decreto-lei cessou a sua vigência, por uma resolução da Assembleia da República. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, tomar conhecimento da “**cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30.01**”. -----

1h
15
Pedro

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS – DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE AGOSTO.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, antes de mais, dizer-vos que quanto ao Ponto n.º 3, o Sr. Presidente da Assembleia já referiu o que tinha a referir, à exceção de que os Municípios que aceitaram agora, se já iniciaram alguns processos contraordenacionais, têm aqui um bico de obra, porque deixaram de ser competentes, e têm que remeter tudo, e provavelmente os prazos acabaram. -----

Quanto ao Ponto n.º 4, a Sra. Vereadora acabou de me informar, porque em reunião de Câmara tínhamos deliberado que a Sra. Vereadora ficaria com este assunto, que no domínio da gestão de áreas protegidas, Torre de Moncorvo não está abrangido. Outra questão é poder ser a Comunidade Intermunicipal do Douro, em termos de candidaturas, a poder ter essas competências. -----

Portanto, aqui o que propunha era duas situações diferentes: uma, manteríamos a mesma posição, que sempre mantivemos, porque não há, efetivamente, ainda definição das contrapartidas financeiras, deixaríamos era as intermunicipais para as Assembleias Intermunicipais decidirem. E a nossa proposta é que não aceitemos nenhuma competência enquanto não soubermos, para não acontecer o que aconteceu no ponto anterior. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Os Srs. Deputados que pretendem intervir sobre o Ponto n.º 4, Transferência de competências no domínio da gestão das áreas protegidas. Não há inscrições? Então, vamos passar à votação do Decreto-lei n.º 116/2019. Utilizamos o critério seguido nas reuniões anteriores. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 25 votos a favor e 1 abstenção (do deputado Fausto Tiago), “não aceitar a transferência de competências no domínio da Gestão das Áreas Protegidas para os anos de 2019 e 2020, e comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais.”

Estava ausente da reunião, na votação deste assunto, a deputada Lucinda João Afonso Carpinteiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

PONTO 5 – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE URROS PEREDO DOS CASTELHANOS.

Não houve inscrições neste ponto.

O Presidente de Mesa: Sr. Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, a Sra. Presidente de Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos também está aqui. Como podem ver, foi elaborado e dado início ao procedimento, foi elaborado um acordo, temos as áreas todas a transferir. Ainda não conseguimos chegar a um entendimento da parte das competências financeiras transferidas, mas vamos conseguir agora, uma vez que os Orçamentos para 2020 vão ser elaborados, quer pela Junta de Freguesia, quer pela Câmara Municipal. Não conseguimos para 2019, obviamente, porque nem nós estávamos a contar, nem a Junta estava a contar também, e a própria DGAL, no que nos foi enviado em agosto de 2019, já depois de nós termos deliberado, foi que as transferências dos recursos financeiros do Município para cada uma das Juntas de Freguesia, das competências transferidas, com início ainda em 2019, data de início para transferir, a divulgar oportunamente pela DGAL. É o mapa que está aí. Sr. Presidente, se puder mostrar, é depois dos acordos que se fez com a Junta. E quando nós fomos notificados disto – aliás, os serviços notificaram a DGAL do acordo a que tínhamos chegado, e depois somos notificados de que a data será a divulgar, ainda não temos esse recurso.

16.
A.
Peredo

Mas, quer o Município, quer a Junta de Freguesia, nas pessoas do Sr. Presidente da Câmara e da Sra. Presidente da Junta, vamos, obviamente, chegar aqui a um acordo para que em 2020 já esteja a funcionar, e esteja refletido, quer no Orçamento Municipal, quer no Orçamento da Junta de Freguesia. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Srs. Deputados, querem intervir sobre esta informação? Penso que não há nenhuma intervenção. Portanto, o ponto é para tomarem conhecimento do ponto de situação relativamente à transferência de competências para a União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da “proposta de transferência de recursos para a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos”. -----

-----*Estava ausente da reunião, na votação deste assunto, a deputada Lucinda João Afonso Carpinteiro.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ENTIDADES INTERMUNICIPAIS E JUNTAS DE FREGUESIA EM DIVERSOS DOMÍNIOS. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Está aí um conjunto vasto de Decretos-lei, que já vieram a esta Assembleia Municipal, são os diversos Decretos-lei, como disse, que foram já presentes ao longo das últimas reuniões ordinárias – e inclusivamente tivemos uma reunião extraordinária. Temos que votar, mas antes de votar, temos que discutir esse assunto. -----

Não sei se o Sr. Presidente quer falar sobre este ponto. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito rapidamente, Sr. Presidente, para dizer que nós mantivemos, em termos de órgão executivo, por unanimidade, o que já tínhamos deliberado. Entretanto, para as competências dos órgãos intermunicipais, eu julgaria que se deveria deixar que fossem as Assembleias desses próprios órgãos a decidir, e que não fossemos nós a entrar aqui esse processo, em que tem que haver a concordância dos Municípios, como é óbvio, mas os Municípios têm representação, e seria de todo oportuno que em Assembleia Intermunicipal isso pudesse ser discutido e, de alguma forma, acordado entre todos os que aí estão presentes. Portanto, concluindo, no que tem a ver com as competências municipais, o Executivo mantém a mesma proposta; nas intermunicipais, o que foi deliberado foi exatamente isso, que fosse a Assembleia Intermunicipal, depois de ouvidos todos os Municípios – porque basta haver um Município que não aceite, e os outros não podem aceitar, os outros dezoito. E portanto, eu deixaria, se estivessem de acordo os Srs. Deputados, que as intermunicipais pudessem ser discutidas depois, que aqui não obstaculizássemos, e que fossem discutidas na Assembleia Intermunicipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----
Eu dava a palavra aos Srs. Deputados. Quem pretende falar sobre esta transferência de competências? Eu propunha, tal como na reunião anterior, que votássemos em conjunto estes Decretos-lei, porque se estivermos a votar todos, estamos aqui a manhã inteira. -----
Então, iríamos passar à votação, e seguimos o método anterior. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, deliberou **por maioria, com 25 votos a favor e 1 abstenção** (do deputado Fausto Tiago) **aprovar a proposta da Câmara Municipal de não aceitação da transferência de competências previstas nos decretos-lei referidos no quadro anexo, para a Câmara Municipal, para o ano de 2020, e comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais.** -----

-----*Estava ausente da reunião, na votação deste assunto, a deputada Lucinda João Afonso Carpinteiro.* -----

16.
Ay
P. Dias

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS E IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS - TAXA A APLICAR EM 2020; -----
PONTO 8 - DERRAMA - TAXA A APLICAR EM 2020; -----
PONTO 9 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES - IRS - TAXA A APLICAR EM 2020; -----
PONTO 10 - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM - PERCENTUAL A APLICAR EM 2020. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)** e **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Os Pontos n.º 7, 8, 9 e 10 estão todos interligados. -----

Evidentemente, são pontos distintos, terá que haver votações em separado, mas eu proponha a discussão destes quatro pontos em conjunto. Terão tempo suficiente, não será por esse motivo que deixarão de expor os vossos pontos de vista. -----

Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que introduzisse estes pontos, e depois irão discutir, e posteriormente iremos votar em separado. Faça favor, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui a questão trata-se de trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados Municipais – e à Assembleia Municipal, por conseguinte – os impostos e taxas a vigorar para o ano de 2020. ----

A única alteração desde 2011, desde que o plano de saneamento financeiro nos foi imposto, trata-se de isentar na Derrama, passando para zero, à exceção de bancos e das empresas eletroprodutoras de energia. Isto, obviamente, tem a ver com a consolidação do próprio plano de saneamento financeiro e a suspensão que aqui votámos desse mesmo plano. Estamos em condições de não regredir, e portanto, desde que não façamos nenhuma loucura e tenhamos as contas certas – e portanto, esta é a oportunidade certa para o fazer, tanto mais que outra das consequências que nós queremos tirar desta isenção, obviamente, tem a ver com as áreas de acolhimento empresarial, por forma a torná-las mais atrativas. -----

Todos os restantes pontos, 8, 9 e 10, se mantêm exatamente iguais, conforme havia sido deliberado aquando das medidas preconizadas para o plano de saneamento financeiro. -----

Obrigado. -----

h.
Pedro



-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Então, eu dava a palavra aos Srs. Deputados para se pronunciarem sobre estes quatro pontos. Eu volto a repetir: o Imposto sobre Imóveis e sobre Transmissões Onerosas, a Derrama, a Participação variável no Imposto sobre Pessoas Singulares (IRS) e a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. Sr. Deputado João Pavão, Luís Dias e João Leonardo. Penso que não há mais inscrições. -----

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado João Pavão para intervir. Faça favor, Sr. Deputado.-

-----**O Deputado João Pavão:** Relativamente à Derrama, deixar aqui um ponto, que nos Orçamentos de 2018 e para o Orçamento de 2019 foi um ponto que deixámos vincado, que a Derrama não existisse para as empresas locais, foi também um ponto deixado pelo Vereador André Evangelista nas reuniões de Câmara, e congratulo-me que o Município tenha tomado esta decisão, também derivado à suspensão do plano de saneamento financeiro, sendo assim possível, mas também foi uma medida que, mesmo sendo obrigatória aquando do plano de saneamento financeiro, nunca tinha sido implementada. E agora, é com bons olhos que vemos a retirada outra vez da Derrama. -----

Quanto à participação tributável do IRS, dos cinco por cento (5%), é bom que se olhe para este imposto – e o quadro de receitas mostra que em 2018 verificou-se para o Município uma receita de cento e oitenta e quatro mil euros (184.000€) – e que se use essa verba para fins sociais também. Ou seja, se o Município aplica esta taxa – que acho que está no máximo, nos cinco por cento (5%) – que a verba que o Município angaria com esta taxa, ao nível do imposto, pudesse ser utilizada para programas sociais. Ou seja, o valor que estamos a retirar aos contribuintes locais, e que se esse valor seja retribuído aos contribuintes através de apoios sociais. Deixo aqui somente a nota. -----

E perguntar também ao Executivo, nomeadamente ao Sr. Presidente, se isto da transferência de competências for para a frente, como é que vamos ficar ao nível das taxas, se vão ser os Municípios que vão ficar com elas – e estou a falar do IMI – se isto vai reverter para as Juntas de Freguesia, se isto no próximo Quadro Comunitário vai pôr em causa a contrapartida nacional por parte dos Municípios – porque os Municípios vão perder algum dinheiro que pode servir para essas contrapartidas – e como é que está essa negociação com o Governo, se há negociação, e que tipo de negociação há. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Passo a palavra ao Sr. Deputado Luís Dias. -----

1h.
Oy
Papo

-----**O Deputado Luís Dias:** Sr. Presidente, Executivo: -----

Esta foi a melhor notícia que o Executivo trouxe a esta Assembleia nestes últimos dois mandatos, na minha opinião. Em direção contrária à República Portuguesa, a coleta de impostos tem sido cada vez menor, tem sempre descido, e de 2018 para 2019 é na ordem dos trinta e quatro por cento (34%). Ou seja, há uma coleta que diminuiu em um terço do valor absoluto. -----

Destes valores, salienta-se o IMI, com uma queda de menos sessenta e três por cento (63%), na ordem dos duzentos e quarenta mil euros (240.000€). Se for possível o Executivo explicar o porquê desta grande quebra – que mais uma vez nos congratulamos, porque se queremos que as pessoas estejam cómodas para investir, não se lhes pode tirar dinheiro do bolso. E o imposto, apesar de ser uma receita do ponto de vista da Câmara Municipal, é uma despesa para nós, povo. -----

A Derrama, eu nunca fui a favor da Derrama – desde sempre que a Derrama veio a esta Assembleia, nunca fui a favor da Derrama – e fico contente por ela cair na ordem dos duzentos por cento (200%) de 2018 para 2019, e na ordem dos cento e sessenta por cento (160%) de 2017 para 2018 – são números fantásticos. -----

A tabela que o Executivo apresenta, dos impostos municipais, foi o melhor documento que este Executivo entregou nesta Assembleia. -----

A única subida, também gostava que, se fosse possível, o Executivo explicasse, é no IMT, já agora, para saber o porquê desta subida. -----

É tudo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com o fim da Derrama para com os investidores e comerciantes locais, e ainda, respondendo ao deputado Luís João, a manutenção da redução da taxa de IMI para dependentes – para um filho ou dependente idoso, vinte euros (20€), para o segundo, quarenta euros (40€), e para o terceiro, setenta (70€). Esta medida já foi implementada nos anos anteriores, por isso é natural a redução do IMI. -----

Estas medidas, e outras, só são possíveis com o fim da situação do plano de saneamento financeiro em que o Município se encontrava, legado de Executivos anteriores. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Srs. Deputados. Sr. Presidente da Câmara, faça favor.--

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Obviamente que depois da aprovação do plano de saneamento financeiro, que vinha a ser negociado desde 2009 e implementado em 2011, havia várias obrigadoriedades, e nomeadamente havia que fazer alterações de taxas de resíduos sólidos urbanos, havia que aumentar todos os impostos para o máximo, nomeadamente taxas municipais que teriam que ser implementadas, e majoração das taxas de IMI. O que sempre se trouxe às Assembleias Municipais – não só este Executivo, como o anterior – foi a manutenção pela mediana de todos os impostos. Nunca, apesar de ter sido preconizado por quem negociou o saneamento financeiro, que tinha que ir para os máximos, nunca foi feito; quer o anterior Executivo, quer este, o que fizemos foi estar na mediana dos impostos (à exceção do IRS) e implementar, então, a Derrama, esta já em 2015, como sabem, e portanto, para conseguirmos, de alguma forma, também termos um fluxo financeiro que nos permitisse dizer que estávamos também a cumprir aquilo com que nos tínhamos comprometido. E isso é visível ao longo dos quadros, nomeadamente da Derrama, onde, após propostas, foi sempre diminuindo – quero dizer-vos que entre 2017 e 2018, houve uma variação de menos cento e cinquenta e nove por cento (159%). Obviamente que desde o anterior Executivo até este – quer dizer, desde este Executivo, no primeiro mandato, até agora – a Oposição sempre esteve contra a Derrama, e não há volta a dar, é verdade que sempre esteve, mas nós também tínhamos necessidade de arrecadar receita. -----

Portanto, eu quero lembrar-vos, e mais numa fase política do que verdadeiramente económico-financeira, que quando nós suspendemos o plano de saneamento financeiro – o que nos trouxe algumas vantagens, obviamente – dizer-vos só uma coisa: que tivemos a coragem de implementar a Derrama, e tivemos depois a coragem de suspender, e não saiu a deliberação da suspensão em nenhum órgão da comunicação social. Aliás, a que saiu foi exatamente ao contrário, foi dos Srs. Vereadores do PS, e um comunicado que saiu – ou da comissão política, melhor dizendo; retiro os Vereadores, e digo da comissão política do PS. E dizia, na altura, o comunicado, que era quase parafrasear o que tinha sido na declaração de voto: -----

“Considerando que é uma suspensão e não uma saída efetiva...” – como se alguém se regozijasse que o Município não conseguisse uma saída efetiva; acho que todos nos devemos regozijar com isso – *“... do plano de saneamento financeiro, entendemos, no sentido de não hipotecar todo o esforço feito até hoje, que deveria ter sido apresentado um estudo sério e transparente que fundamentasse e credibilizasse esta tomada de decisão, e não apenas um mero cálculo aritmético e uma Lei que o permite.”* E depois diz: *“Pois, no imediato, será um orgulho ver como o título do jornal...”* – que nunca saiu – *“... Torre de Moncorvo saiu do plano de saneamento financeiro, mas se não devidamente acautelado, e formos obrigados, por incumprimento, a regressar ao mesmo, resultará desastroso para a credibilidade do Município.”*

1h.
A
Fds

Pois bem, numa situação de défice financeiro, mais, de desequilíbrio orçamental e financeiro como estava o Município, qualquer cêntimo era importante, uns milhares de euros eram importantes. E portanto, a partir daí, ninguém gosta, e quem está deste lado – e eu já estive desse lado – sei perfeitamente quão difícil é explicar às pessoas que vão ter que pagar mais, mas há que ter essa capacidade e essa coragem de o fazer, senão também não estamos aqui a fazer nada. -----

O que foi importante foi que o projeto e o trajeto feito com as medidas implementadas permitiram que a suspensão do saneamento financeiro se solidificasse, esse é o primeiro ponto. O segundo, num plano estratégico, mais, agora um plano estratégico de trazer investidores para o concelho, se estamos a implementar uma área de acolhimento empresarial, também não faria grande sentido ter um imposto de Derrama. -----

Mas, há aqui uma questão que não deixa de ter também importância: é que não fizemos neste momento algo que poderia prejudicar-nos no futuro, que era escolhermos só quem é que pagava – nós tínhamos que ter por CAE's. Neste momento, conseguimos de alguma forma que os únicos – e são aqueles que nos interessam que paguem, efetivamente – sejam os bancos e as empresas produtoras de energia. Portanto, conseguimos chegar aqui a um ponto em que penso que estamos todos de acordo, e em que quem sai beneficiado é o Município e os munícipes. --- Segunda questão: obviamente que nós, quando dizemos que os cinco por cento (5%) – aliás, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o atual, é o grande defensor de que nenhuma autarquia devia dispensar os cinco por cento (5%) do IRS, mas é um grande defensor por várias questões, nomeadamente pela parte financeira, que nos permite também ter algum aporte financeiro em candidaturas. Essa também é uma em que o Governo sabe, obviamente, como é que as autarquias estão a funcionar. -----

O segundo é que qualquer tipo de receita não é para ser esbanjada; é para ser colocada em obra a favor dos munícipes. E nomeadamente, este ano, nós tínhamos previsto, só para o transporte gratuito dos doentes oncológicos, trinta mil euros (30.000€). Posso dizer-vos que foi aprovado fazer uma adenda ao contrato, e dos montantes que temos, levarei à próxima reunião de Câmara essa adenda, irá para mais trinta mil euros (30.000€). Ou seja, ficará em cerca de sessenta mil euros (60.000€), para conseguirmos cumprir o transporte gratuito para doentes oncológicos do Concelho de Torre de Moncorvo, até 31 de dezembro de 2019. E o mesmo se passa – se bem que noutros valores, obviamente – para o transporte de doentes não urgentes. -----

Mas, também somos nós, através de outra medida social – e quando digo “nós”, estou a dizer todos nós – que através do cartão do medicamento estamos a financiar para todas as pessoas que não atingem o valor do IAS, ou metade do IAS, somos nós que estamos a pagar todos os medicamentos, gratuitos. E com uma alteração que é importante: muitas vezes, os munícipes mantêm-se cá com a residência, mas por uma doença, ou outra coisa qualquer, vão para junto

M. J.
Peredo

de um filho ou de um filha, que está no Algarve, vamos supor, ou no Minho; eles, com esse cartão emitido pelo Município de Torre de Moncorvo, podem fazer o levantamento em qualquer farmácia que seja aderente ao Programa “Dignidade”, e a fatura cá vem ter à Câmara. Ou seja, não restringimos às três existentes, mas agora é a nível nacional. -----

E portanto, são estas medidas de apoio, com os mais necessitados, juntamente com a pulseira SOS que lhes permite, muitas vezes, com um simples clique, estar com um técnico especializado a falar com eles, são todas estas valências que nós estamos a implementar para todos aqueles que necessitam de mais cuidado, e também para aqueles que estão mais longe da sede do concelho, que também não deixa de ser importante. -----

Estas três valências permitiram-nos o quê? Permitiram-nos, em termos de doentes oncológicos, que pessoas que saíam daqui às seis da manhã e regressavam às duas da manhã – porque o circuito tinha que ser o mesmo para várias pessoas – possam estar à hora da consulta marcada com uma ambulância e venham após fazerem o tratamento. E isto é extremamente importante para quem está a passar por essa fase, que só ela já é complicada. E no caso dos doentes oncológicos, estamos a tentar abrangê-la para toda a população, estamos a fazer esse estudo para todos, todos mesmo. -----

Portanto, Sr. Deputado, aqui está uma forma de a receita vir também para estas necessidades sociais. -----

Obviamente que o IMI também teve aqui, Sr. Deputado Luís João, algumas quebras, porque também, desde o ano passado, aqui fizemos uma reformulação sobre determinado número de regras que implementámos para que as pessoas não pagassem. Não lhe posso dizer também que muito não tenha a ver também com a alteração da Lei Fiscal, nomeadamente aqui em termos de impostos, a passagem dos emigrantes a residir noutro lado e a poderem pagar no país de acolhimento foi um problema também, e continua a ser esse problema – outros saberão aqui melhor do que eu do que se trata. -----

Mas, e respondendo novamente ali ao Sr. Deputado, obviamente que na próxima Lei do Orçamento está previsto – está previsto, ainda não está implementado – que o próprio IVA possa reverter a favor dos Municípios. E isso vai trazer, obviamente, uma maior recolha de fundos. Vamos ver se isso é possível. -----

Por outro lado, naquilo que me perguntou sobre as competências, e a forma como temos de fazer a partir de 2021, há uma coisa que não podemos ser só nós, a Autoridade Tributária também tem que nos dizer uma coisa tão simples quanto isto: na União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, quanto é que reverte para a Autoridade Tributária de IMI. Ora, eu entendo que esse montante deve reverter automaticamente para as freguesias. Agora, não pode sair é de um bolo; eu não posso retirar de uma para colocar noutra, ou porque me lembro que é aquele valor, nem nenhum dos Srs. Presidentes de Junta aceitaria isto. Portanto, este é um

trabalho que temos que fazer também com o Poder Central e com os organismos centrais, que é saber, efetivamente, quanto é que os residentes daquela freguesia pagam. E isso, estou completamente de acordo que deve reverter para as freguesias onde se pagam os impostos. Penso que desta forma é a forma mais justa de cada um receber aquilo a que tem direito. -----
Quanto ao demais, não alterámos em nada. E concluindo, tirando a Derrama, mantém-se exatamente com os mesmos propósitos que tínhamos anteriormente, sempre, desde que foi negociado, desde 2009, o plano de saneamento financeiro. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Vamos, então, iniciar a segunda ronda de intervenções. Srs. Deputados, quem pretende intervir sobre estes quatro pontos que estamos a discutir em conjunto, que estão todos interligados? Penso que não há inscrições. -----
Assim sendo, vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, **com 26 votos a favor e 1 abstenção** (da deputada *Lucinda João Afonso Carpinteiro*) aprovar a **"proposta da taxa a aplicar de Imposto Municipal de Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas em 2020, de 0,40% e respetivas reduções e isenções"**.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da disposição da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria, com 26 votos a favor e 1 abstenção** (da deputada *Lucinda João Afonso Carpinteiro*) aprovar a **"Taxa a aplicar para 2020 de 1,5% para os CAE'S: 351 e 641"**.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, **com 25 votos a favor e 2 abstenções** (dos deputados *Lucinda João Afonso Carpinteiro* e *José Manuel Rodrigues Aires*) aprovar a **"Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS, taxa a aplicar em 2020 de 5%"**.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, **com 26 votos a favor e 1**

h.
A.
B.



abstenção (da deputada Lucinda João Afonso Carpinteiro) aprovar o “percentual a aplicar relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,20% para vigorar em 2020”. -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

PONTO 11 — RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO REFERENTE AO 1.º SEMESTRE DE 2019. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Srs. Deputados: -----

O que realço é que no decurso do primeiro semestre de 2019 a evolução da exploração teve um comportamento favorável, e que, de acordo com os dados fornecidos pela DGAL, o limite da dívida total do Município para o exercício de 2019 é de catorze milhões (14.000.000€). Dos ??? realizados, chamamos a atenção para o facto de tal dívida orçamental do Município em 2019, isto tendo em conta, para efeitos de dívida e do Fundo de Apoio Municipal, que se situa em cerca de dez milhões (10.000.000€), tendo um saldo disponível de novecentos e cinco mil euros (905.000€). -----

Esclarecer os Srs. Deputados que após a suspensão, este relatório deixa de ser votado, e passa a ser de mero conhecimento. Portanto, é para conhecimento dos Srs. Deputados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Srs. Deputados, é para tomarem conhecimento, mas também podem intervir. Quem pretende pronunciar-se sobre o Ponto n.º 11? Penso que ninguém quer intervir. Então, passamos ao Ponto n.º 12. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro **apreciou e tomou conhecimento do “Relatório Semestral de**

14.
A
A

Acompanhamento da Execução do Empréstimo de Saneamento Financeiro e Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2019". -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 12 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – ELEIÇÃO DE TRÊS DELEGADOS AO CONGRESSO NACIONAL. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** No Ponto n.º 12 temos que eleger três delegados ao Congresso Nacional dos Municípios Portugueses. Nós já tivemos aqui uma eleição, que foi a eleição dos representantes na Associação Nacional de Municípios, mas agora temos que proceder à eleição de três representantes para o 24.º Congresso Nacional da Associação de Municípios Portugueses, que vai decorrer nos dias 29 e 30 de novembro, em Vila Real. -----
Portanto, podem apresentar listas. Está aqui uma lista, que será a “Lista A”. Têm com vocês um boletim de voto. Só há uma lista, presumo. Então, os três delegados – como vos disse, um tem que ser Presidente de Junta, ou seu substituto – a lista é a seguinte: José Carlos de Sá Meneses, Francisco Roque Brás e Luís João Fernandes Dias. Portanto, é a “Lista A”. -----
Pedia aos serviços de apoio, então, para recolherem os votos. Escrevem “A”, branco ou nulo. As três alternativas são: “Lista A”, branco ou nulo. Só há uma lista. Exato, eu já disse, dois já eram delegados da Associação Nacional de Municípios; agora, a Associação Nacional de Municípios está a pedir três para o Congresso. Por isso, foi acrescentado um nome aos eleitos para a Associação Nacional de Municípios. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 19 votos na Lista “A”, 6 brancos e 2 nulos aprovar a eleição dos seguintes delegados:-----

-----**1. José Carlos Sá Meneses;** -----

-----**2. Francisco Roque Braz;** -----

-----**3. Luís João Fernandes Dias;** -----

ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Posso dar os parabéns aos membros eleitos, e espero que representem dignamente o concelho. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos aqui duas inscrições. Têm cinco minutos, cada um dos cidadãos que quer intervir. Em primeiro lugar, o Sr. Carlos Manuel Firmino Ricardo, tem cinco minutos. Faça favor. -----

-----**O Município Carlos Ricardo:** Chamo-me Carlos Ricardo, sou natural de Moncorvo, e venho aqui falar de situações que me desagradam bastante aqui em Torre de Moncorvo. -----
O Sr. João Pavão disse que a Moncorvo cada vez vinha mais gente, e acredito que sim, mas quando vêm a primeira vez, já não vêm a segunda. Por quê? Tinha uma cunhada que, quando íamos a um restaurante, a primeira coisa que fazia era ir à casa de banho. Quando não lhe agradava a casa de banho, ia-se embora. E o que é que acontece? Já se falou aqui na Serra do Reboredo, e no passado eu falei na Serra do Reboredo, o Sr. Presidente falou precisamente que isso está entregue a um organismo (que não fixei o nome), mas era bom que o Município falasse e alertasse, para nós não termos cheias como tivemos ultimamente na Rua Vasco da Gama. ---
E se houvesse outra intervenção, como eu estive ali na parte do celeiro, onde pertence ao Grupo GAFT, e tivemos lá um empreiteiro durante seis meses a fazer uma obra, e está na mesma. Relativamente ao celeiro, quero dizer também ao Sr. Júlio Andrade – e eu falo como elemento do GAFT – aquilo não pertence ao GAFT; pertence à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. E quando há uma intervenção qualquer, nós saímos dali para essas intervenções. -----
Eu gostava também de perguntar aqui ao Município, a central de camionagem, que devia ter uma outra intervenção, porque é um lugar em que as pessoas param, e devia ter ali outro tipo de mobiliário, inclusive até internet. -----
O Mercado Municipal, vou lá frequentemente, acho que aquilo não há intervenções nenhuma, porque aquilo não é nada. -----

Falou-se ali do jardim, na parte dos candeeiros, e é certo que se aquilo fosse meu, já tinha alertado a Câmara para pôr outro tipo de iluminação. -----

Não sei por que é que estão lá os guarda-chuvas na Avenida Duarte Pacheco; acho que deviam tirar dali aquilo. -----

Eu acho, por exemplo, que a Câmara Municipal, de quinze em quinze dias, devia ter uma intervenção na Igreja de Moncorvo. Há ervas, e aquilo, não sei por que é que os varredores não vão lá fazer uma intervenção. -----

Aqui há quatro anos que esta grua está aqui, não sei por que é que está aí, são obras, parece-me a mim, que não são faraónicas, mas parecem as obras de Santa Engrácia. -----

Ali aquele carro na Rua de Santiago, que é de um cigano, não sei por que é que não se tira aquele carro dali, que dá muito mau aspeto. Eu não tenho nada a ver com os ciganos, mas já no ano passado vim e falei disso, não sei por que é que não se fala e não põem os ciganos, independentemente de que são cidadãos como os outros, mas acho que aquilo dá muito mau aspeto a Torre de Moncorvo. Se calhar, foi por isso mesmo que a feira foi para o outro lado. ----

A parte das caravanas, as caravanas lá em cima, eu penso – e eu estou a falar como cidadão – que se devia pensar seriamente pôr as caravanas lá em baixo, na Foz do Sabor. Aquilo lá em cima não é nada. Há muita gente que me pergunta, a mim, onde é um sítio para pôr as caravanas, e quando lhes vou mostrar o sítio, eles dizem que não ficam ali, porque não gostam daquele sítio. E depois, indico-lhes a parte da Foz. -----

Pronto, e é tudo, era só isso que eu queria dizer. -----

Desculpe, só uma coisa: eu não sei se o Município tem poder para isso, mas aquelas casas devolutas que se encontram em Moncorvo, acho que se deviam alertar os proprietários para fazer obras. Eu estou aqui em frente da casa da Tílinha Rego, e espero bem que não haja uma ventania, e que aquela casa não caia abaixo, essa por cima da casa do comércio do Santos, lá em cima, aquilo está com uns alfinetes. Se vier uma ventania, depois quero ver quem vai ser o responsável por uma desgraça que aconteça ali. Estão lá outras casas, na General Claudino e outras. -----

Falou-se também da Casa dos Marranos, que pertence também a um organismo qualquer, acho que a Câmara devia intervir nessas casas e imputar os custos a esses proprietários. -----

E é tudo. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Dou a palavra ao Sr. Virgílio Tavares, que pretende falar sobre o trânsito e estacionamento na Freguesia da Lousa e no concelho. Faça favor. -----

-----**O Múncipe Virgílio Tavares:** Muito bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e respetivos vereadores, Exmos. Srs. Deputados, Presidentes de Junta, público em geral e Srs. Funcionários: -----

Por coincidência, hoje vim tratar de um assunto de água, de uma contagem mal feita, e que já é a segunda. Ou seja, paguei vinte e oito euros (28€) da última fatura, quando costumo pagar entre oito (8€) a treze (13€), precisamente porque o funcionário não está a funcionar bem, passe a expressão. Vim resolver esse problema, porque na fatura seguinte, que era a deste mês, tinha que pagar vinte e cinco euros (25€) – já lá têm dinheiro meu, e ainda teria que pagar mais. Ou seja, neste momento, a leitura está lá, mil, trezentos e noventa e seis, e já vai em mil, quatrocentos e dezasseis. -----

Pronto, vim resolver este problema, vi o edital, nem é tarde nem é cedo, deixa-me ver se tenho tempo de apontar este exemplo negativo, e pedir ajuda à Câmara Municipal, no sentido de ajudar o Presidente da Junta, que está dentro do assunto, o qual, pelo menos até agora, tenho em consideração, e ele a mim também, não é novidade para ele porque na festa de verão eu falei sobre o assunto com ele, e disse: “Se for preciso, vou à Assembleia Municipal para ver se se resolve.” -----

E portanto, eu venho essencialmente tentar expor aqui aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia o seguinte: na Lousa – e sei que noutras freguesias do concelho também, e por isso eu ponho já a questão, por que não a Câmara intervir um pouco mais junto dos Presidentes de Junta, para que se reordene, se reorganize o trânsito nas aldeias. E digo nas aldeias, principalmente, porque, como nós sabemos, as aldeias desertificaram-se por um lado, mas por outro lado, aumentou o número de carros. Esta situação de que eu vou falar, por exemplo, é um casal que vive junto, que tem três carros, e que alugou uma casa nas proximidades da casa que pertenceu aos meus pais, e está ali a complicar. Pronto. -----

Então, qual é a situação? A situação é que a Rua da Canelha cruza com a Rua Direita, mais ou menos a meio, precisamente onde foi colocado, aqui há uns anos, um sinal de sentido proibido dali até ao Rossio. Portanto, as pessoas que chegam ali têm que curvar à esquerda para a Rua da Canelha. Ao curvarem à esquerda, está lá um carro estacionado na esquina, a menos de cinco metros. Eu tenho a casa em frente, dei cerca de vinte metros quadrados para o público, para termos largueza; a partir do momento em que esse indivíduo foi para lá, deixámos de ter largueza, eu deixo de ter condições para carregar e descarregar na loja, deixo de ter condições para entrar na garagem – que alterei, da casa para o quintal, fiz a garagem no quintal, mas como ficou com uma rampa, não dá para sair para sul, tem que se sair para norte, precisamente onde estaciona o carro. De tal maneira que na azeitona, neste ano passado – dia 6 de janeiro, salvo erro – foi preciso telefonar à GNR – foi a primeira vez que telefonei – para que o indivíduo retirasse, para que uma carrinha do lagar de Meireles me fosse buscar azeitona. E desde aí até

agora – aliás, já antes – tem sido um suplício para mim, de tal maneira que já há ameaças da parte do indivíduo para o meu genro – para mim ainda não houve, mas para o meu genro – acusando-nos de coisas, de que o espelho está virado, e não sei quê. É evidente, se custa a passar, se uma carrinha não consegue passar, é lógico que haja estragos. -----

O que é que sucede? Há mais ou menos um ano, fui à Assembleia de Freguesia expor a situação, o Sr. Presidente da Junta disse-me que já tinha comprado o sinal de estacionamento proibido, e que iria lá pôr o estacionamento proibido. Muito bem. Quando a Junta de Freguesia fez o calçetamento precisamente da parte que eu tinha dado para o público – porque não estava calçetado ainda – chamou-me lá, pediu-me para ir lá, fui, muito bem, vimos como é que ficava a situação, e ele próprio me disse que ia ficar um traço a amarelo nessa esquina da casa do Sr. Henrique com a Rua Direita, para pôr lá o sinal de estacionamento proibido. Até agora, ainda não foi posto o sinal, e o indivíduo, mais a companheira, brincam. Volta e meia – ainda este fim de semana aconteceu, cheguei quinta-feira à noite, porque fiz a vindima sexta e sábado, e lá estava o carro, e eu não pude estacionar, tive que deixar no Santo António o meu carro, porque não dava passagem, tive que telefonar à GNR. A GNR tem um problema, que eu não sei se há convivência de alguém – e não estou a pôr aqui em causa a GNR, ou o Sr. Presidente da Junta, mas há indícios de que, efetivamente, por vezes, eu telefono, e passado uns bocadinhos, já lá não tem o carro, ou quando chega lá a GNR, já lá não tem o carro. Mesmo assim, disse que já passou muitas multas – não sei se passou, também um dia é fácil de ver, é escrever para o Comando. -----

Eu tenho tudo registado, não trouxe agora, não posso dar as datas porque não estava a pensar intervir aqui, mas tenho tudo registado, com fotografias, inclusivamente – embora as fotografias não façam prova, mas mostram que está lá estacionado, e há testemunhas. Também se for necessário saber desse pormenor dessa convivência, também se faz. Mas, eu queria que não se chegasse a esse ponto. -----

E por isso é que estou aqui, para pedir ao Sr. Presidente da Câmara, porque uma brigada da GNR que foi lá, e que viu e multou, disse-me para mim que ia falar com o vereador responsável do trânsito aqui da Câmara para se resolver essa questão – não sei se fez alguma coisa, nem se não fez, mais ou menos em junho ou julho. -----

E portanto, a questão é esta: não me incomoda só a mim, Sr. Presidente e Srs. Deputados; tenho aqui, por exemplo, o Sr. Araújo, que tem uma casa em baixo, por baixo da minha, a D. Amélia, o Sr. Luís, o Sr. Reinaldo Queijo, a D. Natércia, etc., que todos me disseram: “Eu estou consigo, diga o meu nome se for preciso.” E o padeiro, por exemplo, que vai levar o pão precisamente a esse Sr. Araújo, quando está lá o carro, claro que não passa. -----

Eu pergunto, Sr. Presidente: não há possibilidade, efetivamente, de intervir no sentido de repor a situação? Até porque isto é um “gozo” – entre aspas – como os senhores das autoridades já

h.
P. 20

reconheceram, porque nesse dia em que foram lá para eu tirar a azeitona, os GNR's disseram para a minha filha: "De cada vez que estiver aí estacionado, telefone." Passado uma hora, eu fui com a azeitona para o lagar de Meireles, e passado uma hora já lá tinha o carro estacionado. -- Portanto, penso que se o Sr. Presidente da Câmara e a Câmara não fizer nada, nem a Junta, eu ando desanimado, e não quero isto para os meus netos. Eu tenho investido na Lousa, e muitas outras pessoas, e nas aldeias acontece, eu quero chegar lá e descansar, trabalhar e depois descansar, entrar e sair da minha garagem, para isso gastei dinheiro e dei metros quadrados para o público, em paz. E como eu, há muitas pessoas, que muitas delas, o estacionamento não é só ali, é noutros sítios, logo a seguir onde ele coloca dois carros, a D. Amélia quer entrar em casa e nem tem condições para entrar em casa, uma pessoa de setenta e tal anos. Era importante tomar uma posição sobre isso. -----

Peço desculpa, e já agora, deixe-me concluir: queria dar os parabéns à Assembleia Municipal, porque noutras terras a Assembleia Municipal demora muito mais, é muito mais intensa, e eu não teria oportunidade de intervir, porque prolongar-se-ia pela tarde. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Aqui tem dias, por acaso hoje está um bocadinho mais adiantada, coincidência. -----

Faça favor, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Antes de mais, cumprimentar os munícipes aqui presentes, muito obrigado pelas questões que aqui colocaram, pertinentes. Prof. Virgílio Tavares, bem-vindo a uma casa que já presidiu, e portanto, é sempre um gosto também tê-lo aqui. ----- Bom, quanto às questões, ou aos alertas que nos foram dados, nós agradecemos, obviamente.- Na questão do celeiro, do GAFT, efetivamente, um pequeno pormenor: o celeiro é da Infraestruturas de Portugal – é um pequeno pormenor. Não está cá o Sr. António Júlio Andrade, que era isso que eu lhe queria dizer, é da Infraestruturas de Portugal. A Câmara faz as intervenções, o GAFT está lá com as instalações cedidas, para poder fazer os ensaios e as demais coisas. -----

A central de camionagem: foi lançado agora, vamos ver se conseguimos – já está um projeto feito – dar ali uma nova imagem para quem chega. Aí, concordo perfeitamente. O projeto é da responsabilidade da Divisão Técnica, está o Sr. Vice-Presidente com ele, e estamos a trabalhar nisso. -----

Quanto ao Mercado Municipal, dizer que não foi feito nada, não, foi feita muita coisa; há muito mais é a fazer. Era uma obra já com muitos anos, e que foi necessário intervir, a nível não só de portas, agora vem uma segunda fase, que são caixilharias, que já foi aprovada a candidatura,

temos as luzes, temos a parte do saneamento, e ficará por intervir, que nós vamos tentar ainda ver se nesta candidatura é possível, as duas casas de banho de baixo. São as duas que faltam, que não cabiam na candidatura, e que vamos tentar metê-las também. Mas, agora iniciar-se-á a das caixilharias, que é a segunda fase. -----

Quanto ao Jardim Dr. Horácio Sousa, os candeeiros são aqueles que, na altura, foram considerados naquela candidatura que seriam para os centros históricos os mais apelativos. E portanto, teremos agora que fazer uma nova reformulação, que poderá ser até com o PAMUS, na parte dos passeios, para conseguirmos ter ali um alargamento dos passeios. -----

Os guarda-chuvas já foram mandados retirar, só que nem sempre há possibilidade de o fazer de um dia para o outro, porque são os serviços da Câmara. -----

Conforme disse, de o GAFT não ser proprietário do celeiro, ser a Infraestruturas de Portugal, o mesmo se passa na Igreja, que é da CCDRN. Ou seja, a entidade tutelar é a CCDRN. E portanto, qualquer intervenção, mesmo para retirada de ervas e musgos, tem que passar por um parecer deles, tal como a colocação de um novo ambão, de todo o género que se possa fazer a intervenção ali. Nós já nos disponibilizámos mais do que uma vez, o que for necessário nós fazemos, mas sempre com o parecer prévio deles. -----

Bom, a grua no castelo: a grua no castelo, tenho a dizer que estivemos parados quase oito meses – não chegou bem aos oito meses – porque foi descoberta uma nova frecheira para a Praça Francisco Meireles, a qual não estava descrita. E isso obrigou a uma reformulação do projeto, novamente para a Direção Regional de Cultura do Norte. O parecer chegou, e estão os trabalhos para ser executados – eu espero que estejam executados até 31 de outubro, na íntegra, e possa sair de lá a grua. Agora, não podíamos era, uma grua que colocá-la ali custa perto de dez mil euros (10.000€), retirá-la e voltar a colocá-la, quando o parecer da Direção Regional de Cultura do Norte poderia ser de um momento para o outro, e por isso é que não se retirou. Mas, é uma intervenção que irá, de alguma forma, ao encontro das pretensões do Município e dos municípios, que era a entrada pela Porta da Traição, conseguirmos sair aqui para este largo, e a entrada nos antigos quintais provenientes do castelo. -----

O carro na Rua de Santiago está identificado, já foi reportado à Guarda Nacional Republicana, que está a seguir o procedimento, para depois ser retirado para o parque da Guarda Nacional Republicana. -----

Quanto às caravanas, o problema é que na Foz do Sabor não há todo o equipamento necessário para que as caravanas possam lá pernoitar, nomeadamente os despejos de detritos e resíduos sólidos. Portanto, tem que ser no parque lá em cima, o qual, por incrível que pareça, é um dos parques mais premiados pela Federação de Caravanismo, e isso revela-se também nas infraestruturas que lá estão, e que a Junta de Freguesia, na altura, fez, e que nós fomos melhorando agora, para dar uma série de serviços, que noutros se pagam, e que ali são gratuitos.

Lu
Ado

Quanto às casas devolutas, nós estamos a fazer um inventário disso – aliás, o IMI também permite isso, que é que quem está com as casas devolutas tem que pagar mais, obviamente. É notificado uma vez, duas, três, mas eu dou-lhe um exemplo aqui, que era uma casa que estava aqui bem perto da praça, e que obrigámos a fazer obras, entretanto aquilo foi para tribunal, do tribunal veio uma notificação, andámos uma série de meses, e depois, quando veio a decisão, já estava fora de tempo. Basicamente, estava fora de tempo. E é o que, neste momento, se está a pensar fazer, é tentar de alguma forma, com um plano de ação a nível nacional, ficar com a casa, podermos ir a um crédito fazer obras, e depois a casa passará novamente para o proprietário, se assim o quiser pagar ou ir pagando, ou ir diretamente ele a esse empréstimo. Estamos a tratar disso, tem que haver um regulamento, obviamente, e este, como eu digo, não é um plano local, é um plano a nível nacional para estes assuntos. -----

Prof. Virgílio Tavares, a questão da água, é fazer uma participação ali, e será resolvido, obviamente. Peço-lhe desculpa, a si e a todos os munícipes, que isto aconteça. Estamos numa fase de transição – como sabe, a pessoa que fazia as leituras reformou-se, e agora está um novo funcionário, e é possível que isso aconteça mais do que nós queremos – mais do que nós queremos. -----

Dizer-lhe também que o visto do Tribunal de Contas para a constituição das Águas do Interior Norte já veio, e portanto, vai ser mais uma modificação na forma de ler e na forma da relação munícipe com águas. Mas, o que lhe posso fazer neste momento é pedir desculpas, em nome do Município, por essa questão. -----

Quanto à reorganização do trânsito, o Sr. Vice-Presidente preside à Comissão de Trânsito, e nós estamos sempre, de alguma forma, abertos a sugestões que nos tragam. Agora, o senhor já presidiu a uma Assembleia Municipal, a esta Assembleia Municipal, e portanto, sabe que uma das competências também da Junta de Freguesia é informar a Câmara e colocar o sinal, que o pode fazer – esta nova Lei, que antigamente era a Câmara Municipal que implementava, agora é o conhecimento, dar conhecimento à Câmara, a Câmara diz que sim, mas depois a competência de colocar é das Juntas, e a própria reorganização. Eu acho que aí, e no que a nós diz respeito, eu acho que um bom entendimento na Assembleia de Freguesia, devia ser até ao contrário, é como na toponímia, decidirem nas Assembleias de Freguesia e só darem conhecimento à Câmara, para a Câmara dar conhecimento às instituições. E assim é que ficava resolvido, porque ninguém melhor do que aqueles que lá vivem, e principalmente os Srs. Presidentes de Junta – estou a falar de uma forma geral, e não da Freguesia da Lousa – sabem o que é melhor, porque diariamente ali estão. O que nós podemos aqui chegar a um acordo é que nos deem conhecimento só, à Câmara Municipal, das intervenções que queiram fazer, para nós participarmos, quer à Guarda Nacional Republicana, quer às demais entidades. Não vejo

que aí possa haver grande problema, até é uma forma de descentralizar sem legislar. E é o que nós queremos aqui, que os munícipes estejam todos de acordo. -----

Portanto, era essa a proposta que eu fazia, numa Assembleia de Freguesia, que se possa fazer isso e dar conhecimento à reunião de Câmara. -----

Agradecer também as felicitações que deu aqui à Assembleia Municipal, e dizer-lhe que todos os munícipes são bem-vindos às Assembleias Municipais para poderem participar, tal como em todas as reuniões públicas de Câmara Municipal, que se fazem de quinze em quinze dias, para trazerem os seus problemas, e muitas vezes nos ajudarem com algumas sugestões ou alguns conhecimentos que nos passam ao lado, e nós não temos conhecimento de tudo. -----

Dizer-vos também, e aqui já da parte do Sr. Vice-Presidente, que existe uma plataforma, que é o “Cidadão Atento”, onde se pode colocar, quer fotografias da falta de estacionamento, ou de mau estacionamento, e outras, como foram aqui ditas, para nós podermos atuar. -----

Muito obrigado a todos. Muito bom dia, e uma boa semana. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Lousa, pediu para intervir, porque o assunto em causa diz diretamente respeito à freguesia. Faça favor. -----

-----**O Deputado António Manuel Martins:** Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos. -----

Obrigado, amigo Virgílio, por ter exposto a situação. Eu não vou repetir o bom relacionamento que tem existido entre o freguês Virgílio e o Presidente da Junta, não há dúvida disso, até porque já houve colaboração de parte a parte em várias situações – o Virgílio já doou à Junta, a pedido do Presidente da Junta, uma parcela de terreno, o Presidente da Junta também já apoiou a apresentação do livro do Virgílio em duas sessões (uma em Moncorvo, outra na Lousa), e também já diligenciou e facilitou uma exposição fotográfica do Virgílio na freguesia. -----

Portanto, o Virgílio vem aqui colocar uma situação realmente pertinente, sobre a qual eu já falei com ele, e que a maior dificuldade que nós temos é que, além das razões que ele disse, de como é que o problema nasceu, é essencialmente porque ali naquela zona vive bastante gente com muitos carros, e o espaço para estacionar não é, se calhar, o adequado, ou não é proporcional às necessidades. Acontece que há uma razão que o Virgílio não disse, e esse é um dos grandes problemas da Junta: é que além disto tudo, também nasce o problema por causa de um litígio pessoal. E nestas situações, eu já expliquei ao Virgílio, e ele deu-me razão, porque até me disse que a posição da Junta não era fácil, este litígio dificulta a resolução do problema. -----

De qualquer forma, no final da conversa que eu tive com o Virgílio no dia da festa, eu disse-lhe que, realmente, o sinal já está lá na Junta, já houve uma decisão da Junta para colocar lá o sinal, que lhe foi transmitida a ele, só que o assunto foi discutido em Assembleia de Freguesia, e a Assembleia, com razão, pronunciou-se, não digo por unanimidade, mas por maioria, a dizer que

além desta situação, há outros casos a apreciar na freguesia. E face a isto, a Junta não decidiu o contrário do que já tinha decidido, mas recuou, no sentido de analisarmos a situação como um todo, e não a situação em particular. E estamos nessa fase, e como já atrás referi esta explicação já foi dada ao Virgílio. -----

Para concluir, o que é que eu posso dizer? Que estamos a analisar a situação, ela vai ser contemplada, com certeza, mas conjuntamente com outras parecidas, relativamente ao estacionamento na freguesia. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Martins. -----

Vamos passar à minuta da ata, se faz favor. Faça favor. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 12h15m deu por encerrada a sessão. -----

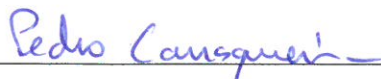
-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Lucinda João Afonso Carpinteiro)